

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**“EXÉRCITO-SOMBRA”: A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL COMO
PRECURSOR PARA MARGINALIZAÇÃO E INVISIBILIZAÇÃO DAS
MENINAS-SOLDADOS**

MATHEUS PONTES DE LIMA

CARUARU

2016

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA

**“EXÉRCITO-SOMBRA”: A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL COMO
PRECURSOR PARA MARGINALIZAÇÃO E INVISIBILIZAÇÃO DAS
MENINAS-SOLDADOS**

MATHEUS PONTES DE LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Faculdade ASCES-UNITA, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Msc. Vico Dênis Souza de Melo.

CARUARU

2016

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: ____/____/____.

Presidente: Prof. Msc. Vico Dênis Souza de Melo

Primeiro Avaliador: Prof. Msc. Gustavo de Andrade Rocha

Segundo Avaliador: Prof. Msc. Luís Felipe Andrade Barbosa

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre acreditaram no meu potencial e nunca desistiram de mim, mesmo que eu desse motivos para que eles desistissem. E principalmente a minha mãe que tem me acompanhado desde o início do curso e me ajudou a passar por todas às noites em claro aos quais me debrucei sobre os livros e artigos, tentando dar sempre o melhor de mim.

Ao meu irmão, que sempre me emprestou seus ouvidos, mesmo que a contragosto, para que eu pudesse desabafar todas as minhas angustias e preocupações. Sem esses ouvidos talvez eu não tivesse suportado algumas grandes mudanças que a faculdade trouxe a minha vida.

Ao meu infinito, ao qual sem eles essa jornada não teria sido tão incrível e cheia de momentos pelos quais definiram a pessoa que eu sou hoje, e serei para todo o sempre.

À Kevin Hacling, a pessoa que me ensinou qual o verdadeiro sentido da palavra amor, a pessoa que mais segurou a barra para mim em todos esses quatro anos de amizade intensa e cheia de reviravoltas, o mundo não pesa tanto quando estou no teu abraço; à Maria Eduarda, o meu ombro, o meu pequeno e radiante girassol, a menina mais doce que eu pude conhecer em toda minha vida, a pessoa que me fez acreditar nas pessoas e me fez perceber que a vida é muito mais do que eu poderia acreditar, e suportar; à Luiza Melo, uma das pessoas mais especiais que eu pude conhecer, sem ela eu não saberia o real significado da palavra amizade, sem ela eu não saberia como levar uma vida mais leve, sem me importar com o que as pessoas falam, sem ela eu não seria metade de quem eu sou hoje; à Mariana Monteiro, uma mulher de garra, que me fez perceber que eu posso chegar aonde eu desejar, só basta eu querer que eu conseguirei, sem isso, eu seria apenas mais um dentre tanto; a vocês, o meu mais sincero agradecimento e amor.

À Diego Augusto, que apesar dos pesares nunca deixou que eu desacreditasse em mim mesmo, que por diversas vezes me fez enxergar por seus olhos a pessoa que eu não conseguia enxergar em mim mesmo, muito menos acreditar que eu seria capaz de tanto. Diante disso, eu só devo meus mais sinceros agradecimentos a você que me ajudou a construir a pessoa que eu sou hoje.

Aos meus amigos Igor Vieira, Thales Oliveira e Arthur Gabriel, obrigado do fundo do meu coração por terem me abraçado todas as vezes que eu precisava e por serem esses irmãos

que eu terei comigo para o resto da minha vida. Às minhas amigas Isabelle Laís, Wedja Carla e Bruna Padilha por terem me suportado e me amado todos esses anos de convivência, sem vocês as coisas talvez não tivessem tanto sentido como tem hoje em dia.

Ao meu amigo Túlio Brito, que mesmo em toda a distância que nos separa, teve um papel fundamental nas minhas horas de desespero enquanto eu quebrava a minha cabeça fazendo a monografia. O ano de 2016 não teria sido o mesmo se eu não tivesse me tornado teu amigo. Obrigado pelo carinho e amizade.

Aos meus professores queridos Manuella Donato, Vico Melo e Fábio Nobre, a academia deve a vocês as maiores honras por irem de encontro a normatividade e lutarem por aqueles que tanto admiram e sonham em chegar ao que vocês são. Espero que eventualmente estejamos trabalhando juntos. Devo também meus agradecimentos as professoras Anahí de Castro e Tatiana Ferraz que me mostraram muito mais na sala de aula do que teorias e mais teorias, todo o amor que eu pude sentir de vocês nos poucos meses de convivência foram essenciais para mim.

À Patrícia Martuscelli, pela qual eu não conseguiria ter chegado a conclusão do meu trabalho sem a sua ajuda. Todo o esforço aqui empregado se deu pela sua disponibilidade. Espero que nos encontremos mundo a fora para conversarmos sobre crianças-soldados e afins.

Por último e não menos importante, a todos aqueles amigos que eu não pude citar aqui, mas que participaram ativamente da minha vida nos últimos quatro anos. Vocês estarão sempre nas minhas mais doces lembranças. Hoje é só o começo da minha vida, e eu espero contar com todos no resto dela.

"Como corpos, estamos expostos a outros, e enquanto isso pode ser a condição do nosso desejo, também levanta a possibilidade de subjugação e crueldade. Isto decorre do fato de que os corpos estão ligados com os outros através de necessidades materiais, através do toque, através da linguagem, através de um conjunto de relações sem as quais não podemos sobreviver. Ter a sobrevivência ligada de tal maneira é um risco constante de socialidade - sua promessa e sua ameaça. O próprio fato de estar vinculado a outro estabelece a possibilidade de ser subjugado e explorado - embora de modo algum determine qual a forma política que tomará. Mas estabelece a possibilidade de ser aliviado do sofrimento, de conhecer a justiça e até o amor."

(Judith Butler – Frames of War)

RESUMO

O fenômeno das crianças-soldados tem se tornado cada vez mais evidente dentro do escopo das Relações Internacionais, embora ainda pouco estudado. Esse interesse pela academia com o tema, decorre principalmente por esses indivíduos estarem alterando as proposições relacionadas a agências e estruturas dentro das Relações Internacionais, onde essas crianças passam a exercer certa influência no modo como o seu âmbito doméstico será moldado, podendo tanto constranger as estruturas, como serem constrangidas por elas. Surge nesse contexto a figura da menina-soldado, um indivíduo que é marginalizado e invisibilizado duplamente, primeiramente dada reprodução de alguns costumes inerentes a sociedade, que subjagam não apenas o indivíduo por ser criança, mas também por ser do sexo feminino. Além disso, essas meninas estarem inseridas numa sociedade ainda muito ligada a princípios patriarcais e nacionalista, colocando-as a margem das relações de poder e decisão. É diante desse contexto, que esse trabalho tem como objetivo analisar como os ambientes, que predominantemente se utilizam dessas meninas como soldados, estão ligados a uma série de condutas que são justificadas por um processo violento que está inserido cultura e estruturalmente dentro dessas sociedades, e como esse processo de violência acaba posicionando essas meninas-soldados numa esfera onde elas estão ligadas diretamente as vontades do seu gênero oposto, os homens. Para isso serão analisados os papéis tanto do homem, como o da mulher e das crianças como agência dentro das Relações Internacionais e em seguida como essa marginalização e invisibilidade promovem a exclusão dos seus direitos humanos.

Palavras-chave: Violência Estrutural; Crianças-Soldados; Meninas-Soldado; Gênero; Direitos Humanos.

ABSTRACT

The phenomenon of child soldiers has become increasingly evident within the scope of International Relations, although still little studied. This interest in the Academy with the theme is mainly due to the fact that these individuals are changing the propositions related to agencies and structures within International Relations, matter that children have a certain influence on the way in which their domestic sphere will be shaped, which can either constrain structures or be constrained by them. In this context, the figure of the girl-soldier appears, an individual who is marginalized and doubly invisible, first due the reproduction of some customs inherent in society, which subjugate not only the individual for being a child, but also for being female. Moreover, these girls are embedded in a society, which still is closely linked to patriarchal and nationalist principles, placing them at the margin of power relations and decision. It is in this context, that this work aims to analyze how environments, which predominantly use these girls as soldiers, are linked to a series of behaviors that are justified by a violent process that are culturally and structurally inserted within these societies, and how this process of violence ends up positioning these girl-soldiers in a sphere where they are directly linked to the wills of their opposite gender. To this, will be analyze the roles of both men and women, as well as children as an agency within International Relations and then how this marginalization and invisibility promote the direct exclusion of their human rights.

Keywords: Structural Violence; Child-Soldier; Girl-Soldier; Gender; Human Rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Conceito Estendido de Violência e Paz. Fonte: GALTUNG, Johan (1969).....	16
Figura 2: O triângulo da violência de Galtung. Fonte: Elaboração própria.	18

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Papéis de Mulheres/Homens dentro de Grupos Armados.....	41
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DDR	Desmobilização, Desarmamento e Reintegração
FRU	Frente Revolucionária Unida
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 VIOLÊNCIA GERA VIOLÊNCIA	15
1.1 Galtung e a Violência Estrutural	15
1.1.1 <i>Galtung e a violência de gênero</i>	19
1.2 A Violência Estrutural e o Feminismo: uma crítica a Galtung	21
1.3 Exclusão e Invisibilidade: produtos da Violência Estrutural.....	23
1.3.1 <i>Nacionalismo</i>	24
1.3.2 <i>Militarização</i>	25
1.3.3 <i>Colonialidade</i>	26
2 INVISIBILIDADE DOS CORPOS: UM PROBLEMA ESTRUTURAL	28
2.1 Realismo e os corpos como organismos do Estado	28
2.2 O Feminismo e a não-agência.....	32
2.2.1 <i>A Mulher</i>	32
2.2.2 <i>A Criança</i>	34
3 GÊNERO E CONFLITOS ARMADOS: AS MENINAS-SOLDADOS	37
3.1 Crianças-Soldados: um método de combate	37
3.2 Meninas-Soldados: um debate sobre invisibilidade e marginalização	41
3.3 Do recrutamento.....	43
3.3.1 <i>Sequestro e Coerção</i>	44
3.3.2 <i>Voluntariado</i>	45
3.4 Da Saúde	47
3.4.1 <i>HIV/AIDS</i>	47
3.4.2 <i>Saúde Sexual e Reprodutiva</i>	48
3.4.3 <i>Problemas Psicológicos</i>	49
3.5 Dos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

As crianças-soldados, evidenciadas no pós-Guerra Fria é um fenômeno que passou a ter uma maior visibilidade no cenário internacional devido ao alto número de violências atrelado à sua existência, além do grande número de crianças que são vítimas do mesmo, como aponta Ranjan (2013). O crescente número tanto de conflitos, como de crianças envolvidas nesses ambientes tem surtido a necessidade de respostas por parte das organizações internacionais, principalmente pelas consequências que derivam de todo o processo, que iniciasse desde o recrutamento dessas crianças e surte efeitos no pós-conflito.

Tanto para Correia (2013) como para Lorey (2001) as principais causas atreladas a esse fenômeno estão relacionadas a instabilidade dos Estados-Nações, esses que possuem fortes deteriorações nas suas estruturas internas e que inferem diretamente na privação de recursos básicos aos indivíduos, e diretamente ao cumprimento dos direitos humanos.

Devido tanto à instabilidade existente nos Estados, e à falta de interesse dos organismos internacionais em ampararem esse grupo de crianças, há uma inexistência de programas que tenham o poder de amparar propriamente as crianças-soldados no período pós-conflito, em especial as meninas envolvidas nesse processo, que se tornam invisíveis para os programas que foram designados para ampará-las, como aponta Denov (2009) quando afirma a posição periférica que esses indivíduos possuem tanto na esfera privada, como pública. Essa invisibilidade, é causa direta da supressão de vários direitos humanos às meninas-soldadas que sofrem não apenas no período do conflito armado, mas como afirma Morales (2008) tem suas consequências prolongadas pela reprodução de certos estigmas que são somados a todos as violências que já lhe são acometidas.

Nessa perspectiva, esse trabalho tem como proposta analisar como esses ambientes conflituosos propagam diferentes vieses que culminam na exclusão, marginalização e invisibilidade dessas meninas-soldados dos seus âmbitos sociais, levando em consideração todos os contextos aos quais elas sofrem violência de gênero, dada uma construção onde tanto a mulher, como a criança são indivíduos que não são representados nas esferas públicas, e logo, não possuem uma agência dentro do sistema que as represente e a integrem aos debates e discussões que são promovidos dentro dessa esfera.

Para isso, o presente trabalho foca em duas abordagens que fundamentam não apenas a marginalização das mulheres, mas também das crianças no ambiente conflituoso, ou seja, nas

guerras e nos debates que se relacionam à sua resolução, sendo elas a violência estrutural e a análise dos corpos como agência dentro das Relações Internacionais.

Devido a isso, foram trazidas para essa discussão, no seu primeiro capítulo, as proposições feitas por Galtung (1969) sobre violência estrutural, e como essa violência está intrínseca a sociedade, perpetuando a violência e exclusão de gênero, onde faço um adendo que critica a perspectiva do autor sobre os papéis do homem e da mulher dentro do conflito armado, além de inserir as abordagens feministas como um contraponto àquelas feitas por Galtung quando propôs introduzir o gênero dentro da sua teorização sobre paz e violência.

No segundo capítulo desse trabalho, é trabalhada uma perspectiva mais analítica onde é colocado o corpo como objeto de estudo das relações internacionais desde suas teorias mais tradicionais, até as teorias pós-positivistas, principalmente o feminismo, onde é analisada como o papel do corpo do indivíduo é excluído dos cenários internacionais, dando assim base para a violência de gênero que perpetuará pelas relações que ocorrem nas esferas domésticas e internacionais. Nesse ponto, foram analisadas como as teorias realistas e feministas encaram os indivíduos e suas relações como agências dentro das estruturas, e como decorrente disso há uma subjugação da figura da mulher, em detrimento de uma análise que a coloca na esfera privada, e conseqüentemente não a classifica como suficiente para possuir agência. No fim desse capítulo é tratada também a questão da criança, para que dessa forma se entenda como a criança também é excluída da esfera privada, mesmo que ela seja um indivíduo que constrange e é constrangido pela mesma.

No terceiro e último capítulo é tratada a questão da criança-soldado, sua definição e utilização dentro do conflito armado. É nesse capítulo que são discutidas as problemáticas referentes ao gênero e sua subjugação dentro do ambiente conflituoso, onde a mulher e a criança são enxergadas apenas como indivíduos que exercerão papéis que estão correlacionados às funções biológicas que lhe foram incumbidas. Fica visível nesse capítulo como a violência estrutural, principalmente aquela que decorre das diferenciações de gênero, dando ênfase aos pressupostos sobre feminilidade e masculinidade, acabam por reger como os indivíduos serão utilizados dentro dos contextos abordados nesse trabalho, e em detrimento disso serão marginalizados e invisibilizados pelas estruturas, quando não excluídas totalmente.

As considerações finais foram formadas a partir da junção de todas as problemáticas abordadas no decorrer desse trabalho, com o objetivo de entrelaçar os assuntos aqui debatidos,

trazendo dessa maneira uma análise de como as meninas-soldados, devido aos problemas relacionados à violência estrutural tem tido seus direitos humanos drasticamente violentados em detrimento do enraizamento de diversas interações que as colocam no alvo da violência de gênero.

Para execução desse trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas que se relacionassem a problemática aqui discutida, tanto pela parte teórica, como da parte que se refere ao fenômeno em si, onde houve dessa maneira a revisão de várias proposições feitas por alguns autores sobre o fenômeno das crianças-soldados, principalmente no que se refere às meninas-soldados, para que dessa maneira fossem levantados dados que pudessem referenciar e contribuir para a sua conclusão.

1 VIOLÊNCIA GERA VIOLÊNCIA

O seguinte capítulo tem como objetivo trabalhar com a conceituação de violência estrutural, para que dessa maneira haja o aprofundamento teórico ao qual esse trabalho tem como proposta. Devido também a linha de pesquisa desse trabalho, será tratada a questão da violência estrutural num paralelo com gênero, onde há uma crítica as proposições feitas por Galtung sobre o papel do gênero nas suas teorias.

Por último, serão abordados brevemente temáticas que contribuem não apenas para a reprodução de tipos de violência que estão inseridas no que conceituaremos como violência estrutural, mas também por perpetuarem a violência de gênero nas mais diversas formas.

1.1 Galtung e a Violência Estrutural

Galtung em *Violence, Peace and Peace Research* (1969) traz consigo a ideia de que as pesquisas relacionadas a promoção da paz devem ser focadas não apenas em evitar que as guerras aconteçam, mas em conhecer o que está na sua base, e dessa maneira evitá-la. “A função primordial do investigador para a paz seria, não a de fundar filosófica ou eticamente a obrigação de dar prioridade à paz, mas antes a de determinar o seu conteúdo com uma base empírica e explorar meios para a sua realização” (PUREZA, 2011, p. 9). Para isso, o autor se utilizou da ideia de que paz seria a ausência de violência, o que deu origem a duas preposições: a paz negativa e a paz positiva.

Nesse sentido o autor define violência como sendo as diferenças que existem entre as realizações e as potencialidades relacionadas ao indivíduo, onde o autor assume que ao passo que as potencialidades são maiores que as realizações, essas são por si só evitáveis, e por assim, se configura como violência (GALTUNG, 1969). Ou seja, uma vez que por potencialidades se deve entender aquelas interações ao qual o indivíduo é capaz de prever e/ou mitigar os seus danos, e as realizações são as ações que causam esses danos, o indivíduo que é lesado por tais ações é violentado em detrimento da omissão de um outro indivíduo.

Quando voltado apenas para a paz positiva e paz negativa, o autor faz um adendo no que seriam cada uma dessas pazes, principalmente por haver uma significativa diferença entre as duas. Para essa definição o autor se utiliza de um gráfico, ao qual o intitula, em tradução

literal, de “O Conceito Estendido de Violência e Paz” onde delinea a diferença que há entre ambas.

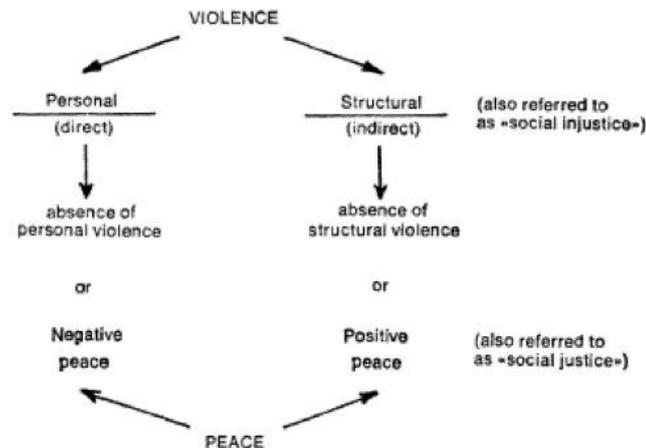


Figura 1: Conceito Estendido de Violência e Paz. Fonte: GALTUNG, Johan (1969)

Para Galtung (1969), então, a definição de paz negativa passa a ser aquela na qual em um contexto onde a predominância de violência pessoal e direta não existe, o que não exclui a opção de ainda se haver a violência estrutural. Ao passo que a definição de paz positiva é aquela que ocorre quando tanto a violência pessoal e direta, como a violência estrutural e indireta não existem, ou seja, não há quaisquer tipos de violência inseridos nessa sociedade. Pureza (2011), sobre as pazes negativa e positiva de Galtung, afirma que as mesmas são entendidas, respectivamente, como “a ausência de guerra e de violência física, e como a integração da sociedade humana” (PUREZA, 2011, p. 8). É possível, contudo, perceber que nas proposições que Galtung faz sobre a paz, há a inserção do que seriam os métodos pelo qual a violência é reproduzida, no qual o autor faz seis distinções para construir as diferenças entre esses dois tipos de violência.

A primeira dessas distinções se resume nas diferenças entre a violência física e a psicológica, onde o autor as classifica como triviais, porém necessárias para o entendimento do conceito de violência. Devido a isso, Galtung (1969) assume que violência física é aquela pelo qual o indivíduo sofre algum dano, podendo causar também a sua morte, contudo, o dano causado ao corpo, para o autor, é menos importante do que o causado a alma do indivíduo, esse que teria a capacidade de prejudicar o indivíduo mentalmente. Na segunda diferenciação, Galtung (1969) atribui à um sistema o poder de influenciar o sujeito, onde o mesmo se vê cometido a ser violento por dois motivos: o medo e a recompensa. Esse sistema, ao mesmo

tempo que impõe os indivíduos em ameaça direta, acaba criando em determinados espaços a reprodução dessa violência como meio de não ser acometido pela mesma. A terceira e quarta diferenciações focam no que seriam o sujeito e o objeto dessas violências, quando o autor indaga se há ou não violência mesmo que ninguém seja fisicamente violentado. Sobre isso, Galtung (1969) reconhece que

Nós devemos nos referir aos tipos de violência onde existe um ator que a comete, como violência pessoal e direta, e a uma violência onde não existe esse ator, como estrutural e indireta. Contudo, em ambos os casos, indivíduos podem ser mortos ou mutilados, atingidos ou machucados em ambos os sentidos dessas palavras, e manipulados por estratégias de *stick and carrot*. Mas, ao passo que no primeiro caso essas consequências possam ser atribuídas a pessoas como atores, no segundo caso isso já não é significativo. Talvez não exista uma pessoa que prejudique diretamente outra pessoa dentro da estrutura (GALTUNG, 1969, p. 170-171)¹.

Na quinta distinção proposta por Galtung (1969) o autor evidencia, no entanto, que a violência pode ser intencional ou não-intencional, atrelando essa proposição, principalmente, ao sentimento de culpa, onde afirma que a intencionalidade está para a violência direta, assim como a não-intencionalidade está para violência estrutural, uma vez que a “violência intencional falhará facilmente quando tentar evidenciar a violência estrutural” (GALTUNG, 1969, p. 172). A sexta e última distinção feita pelo autor diferenciará as violências evidente e latente, onde a “violência evidente, seja pessoal ou estrutural, é observável” ao passo que a “violência latente é algo ao qual não é presente, mas que pode ocorrer facilmente” (GALTUNG, 1969, p. 172).

Essas distinções, para Galtung (1969) resultam no que ele chama de “Tipologia da Violência”, pelo qual ele afirma que se então paz é considerada unicamente com a ausência da violência, então, para que se pense em paz, se deve também pensar em violência, uma vez que ambas são estruturadas da mesma maneira. Além disso, Galtung (1969) percebe com a preposição dessas diferenciações que a violência direta tem tomado um lugar mais tradicional dentro das estruturas do sistema, isso pelo fato dela ser perceptível à olho nu, ao ponto que a violência estrutural não possui o mesmo viés. Devido a isso, contudo, é colocado que não há justificativa para se encarar a violência estrutural como algo que represente um percentual menor de violência ao indivíduo, mas que essa deve ser igualmente considerada, principalmente pelo fato de que por ser estrutural, essa violência acabará por não ser percebida, já que é natural ao indivíduo (GALTUNG, 1969).

¹ A partir desse ponto, todas as traduções realizadas nesse trabalho são de autoria do autor.

É apenas na década de 90, contudo, que Galtung traz a ideia do que seria o triângulo da violência, em *Cultural Violence* (1990), quando se propõe a trabalhar sobre o que seria a violência cultural. Por definição, Galtung afirma que violência cultural engloba “todos os aspectos de cultura, da esfera simbólica da nossa existência – como religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal –, que podem ser usadas para justificar ou legitimar violências” (GALTUNG, 1990, p. 291).

Ainda de acordo com o autor, esse tipo de violência não apenas legitimará a violência estrutural e direta, assim como criará um espectro onde ambas passarão a serem entendidas como certas, e para essa problematização, o autor aponta para dois fatores que se relacionam e acabam por influenciar nesse sentimento de impunidade quanto a perpetuação da violência: o uso da violência e a legitimação desse uso. Galtung (1990) ainda afirma que

O estudo da violência cultural destaca os meios pelos quais os atos da violência direta e os atos da violência estrutural são legitimados, e assim aceitos dentro da sociedade. Dessa maneira, violência cultural trabalhará mudando a cor moral de um ato de vermelho/errado para verde/correto, ou pelo menos para amarelo/aceitável (GALTUNG, 1990, p. 292).

É a partir dessa ideia que Galtung afirma que a violência cultural, juntamente com a violência estrutural e a violência direta, esses, denominados como supertipos e/ou categorias, formariam o triângulo da violência, onde a violência cultural justificaria as duas outras

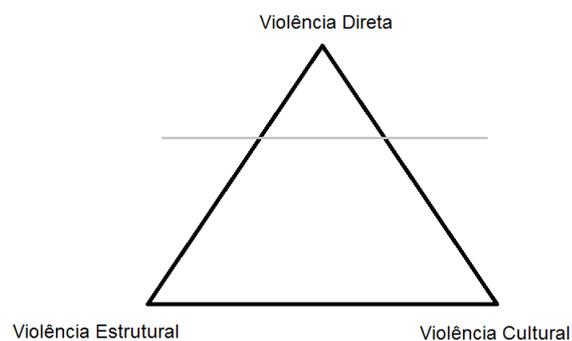


Figura 2: O triângulo da violência de Galtung. Fonte: Elaboração própria.

violências (GALTUNG, 1990, p. 294).

Sobre isso, ele assume que

Apesar das simetrias, há uma diferença básica na relação temporal entre os três conceitos de violência. A violência direta é um evento; a violência estrutural é um processo com altos e baixos; e a violência cultural é um invariante, uma

"permanência" (Galtung, 1977, capítulo 9), permanecendo essencialmente o mesmo por longos períodos, dadas as lentas transformações na cultura (GALTUNG, 1990, p 294).

Ainda para o autor, a formação desse triângulo significa que existe um ciclo vicioso referente a violência, onde de alguma forma todos os três supertipos estão entrelaçados e acabam se justificando como meio de promoverem a violência de um determinado recorte em detrimento das suas necessidades.

1.1.1 *Galtung e a violência de gênero*

Para além das contribuições que o autor traz ao criar a teoria da violência, influenciado pela crescente onda feministas no pós-Guerra Fria, Galtung vê-se na obrigação de trazer uma abordagem de gênero para as suas proposições, mas peca em trazer uma perspectiva voltada para mulher apenas como indivíduo biológico². Contudo, é importante analisar as proposições trazidas pelo autor para que se faça um contraponto a seguir de quais contribuições a abordagens feministas trazem para as teorias de violência.

Em *Peace by Peaceful Means* (1996), Galtung traz uma discussão que envolve as abordagens feministas dentro da sua teoria onde autor coloca as diferenças entre homens e mulheres como uma equação sobre paz e violência. Desde o título do capítulo, Galtung (1996), já traz essa ideia quando coloca "*Woman : Man = Peace : Violence?*", quando tenta conectar as figuras do homem e da mulher respectivamente com a violência e paz, trazendo questões referentes a masculinidade e feminilidade e os papéis atribuídos a esses conceitos. Contudo, antes de iniciar essa discussão, Galtung (1996) delimita como algumas palavras chaves desempenharam seus respectivos papéis dentro do que propõe, onde os corpos por ele discutidos se referirão a dicotomia masculino-feminino, a proposições relacionadas a mente serão focadas em quanto empáticos são esses corpos; as estruturas serão hierárquicas, e por isso estarão atreladas a dicotomia horizontal-vertical; e por fim a cultura, que também se apresentará de maneira dicótoma, sendo essa de maneira expansionista, representadas pelos movimentos centrípetos e centrífugos (GALTUNG, 1996).

Nesse trabalho, Galtung adereça a violência direta como um fenômeno essencialmente masculino onde para o autor em algumas culturas o homem está diretamente atrelado ao comportamento agressivo, ao passo que a mulher não está. Galtung (1996) também afirma

² Essa crítica será mais aprofundada no próximo ponto desse capítulo.

nessa mesma linha de raciocínio para o fato que direciona o homem para a agressividade, assumindo que o mesmo possui mais oportunidades de ser um indivíduo violento, e é nesse ponto que o autor afirma que os fatores biológicos serão predominantes na formação dessas características, devido o indivíduo masculino ocupar um papel dominante pelo fato de estar predisposto a desenvolver o que ele chama de “força muscular” (GALTUNG, 1996, p. 41), ao passo que a mulher ao invés disso, possuiria certa instabilidade, principalmente devido ao seu “período menstrual e ciclo reprodutivo” (GALTUNG, 1996, p. 41). A partir disso, é possível notar que o foco do trabalho de Galtung ao trazer a perspectiva de gênero às suas proposições se baseia em explicar a tendência masculina para violência dentro da sua sexualidade, onde o autor elenca alguns pontos que embasaram sua tese.

Um dos pontos abordados pelo autor aponta para as similaridades existentes entre o orgasmo masculino e a violência, onde o autor afirma que ambos compartilham os mesmos valores fisiológicos, atribuindo o fator prazer a essa análise. Outro ponto também abordado por Galtung (1996) é de o período em que o homem entra em para o exército é o mesmo em que o homem está no seu pico hormonal, esse que corresponde ao período entre 18 a 20 anos (GALTUNG, 1996). Além desses, Galtung (1996), elenca mais dois fatores importantes, um voltado para o fato de que o estrogênio é um hormônio mais complexo que a testosterona, e devido as várias fases atreladas a sua complexidade, as mulheres não se mostram tão aptas as funções militares. O último fator abordado por Galtung se refere a uma enzima responsável pela predisposição a agressão, a monoamina oxidase, onde o autor afirma que cerca de 90% dos homens a possuem (GALTUNG, 1996).

Ainda sobre as proposições de Galtung sobre a importância de gênero nas Teorias de Violência, o autor afirma que as relações existentes entre os papéis exercidos por homens e mulheres também acabam por definirem como os indivíduos se comportarão socialmente, onde Galtung (1996) hipoteticamente afirma que os homens são indivíduos aos quais o contato genital são mais importantes, como para as mulheres é o contato de pele. Ou seja, o autor afirma que a relação sexual e consequentemente de dominância é mais importante para o homem que poderá exercer o seu papel central dentro da sociedade, e que as relações de pele, essas que se referem as interações entre mães e filhos, dado a característica compassiva que a mulher possui, (GALTUNG, 1996), o que enfatiza os papéis biológicos atribuídos a mulher. Por fim, Galtung (1996) reconhece a importância não do gênero como abordagem analítica dentro das Teorias de Violência, mas como um sujeito que deve ser aproximado da figura central, essa representada pelo homem, para que se inicie um processo onde a paz, essa

mais frequentemente associada a figura da mulher, seja compartilhada entre os valores masculinos. Nisso, o autor assume que "os homens deveriam ser criados como mulheres, para dessa maneira serem bons pais, similar as mães" (GALTUNG, 1996, p. 46), o que os aproximaria da esfera privada, numa relação simétrica a das mulheres.

1.2 A Violência Estrutural e o Feminismo: uma crítica a Galtung

Como anunciado anteriormente, a discussão que se dará nessa sessão focará principalmente na crítica feminista, principalmente de Confortini (2006) sobre as proposições feitas por Galtung (1996) sobre gênero dentro das suas Teorias de Violência, onde a autora se propõe a desconstruir alguns pontos, além de contribuir para o fortalecimento de outros. Primeiramente, para construir essa discussão Confortini (2006) afirma que Galtung deveria ter incorporado o gênero como base analítica no seu trabalho e não como sinônimo de paz. Sobre isso a autora assume que

A associação da feminilidade à paz empresta apoio a uma masculinidade idealizada que depende da construção das mulheres como vítimas passivas que precisam de proteção. Contribui igualmente para a afirmação de que as mulheres são ingênuas em questões relacionadas com a política internacional. E a noção enriquecida, menos militarizada de cidadania não pode ser construída sobre bases tão fracas (CONFORTINI *apud* TICKNER, 2006, p. 334).

De acordo com a autora, Galtung formulou a teoria unicamente no reconhecimento do que seriam os tipos de violência e como elas seriam perpretadas dentro da sociedade. O problema, contudo, consiste no teorista ter falhado em explorar o papel que o gênero exerce na construção dessas violências, principalmente pelo fato de que "suas prescrições para métodos não-violentos, serem, na melhor das hipóteses representadas por soluções temporárias que acabam por enraizar a naturalização da violência" (CONFORTINI, 2006, p. 335). Nisso, Confortini (2006) afirma que as feministas das relações internacionais tendem a argumentar que gênero se constitui como uma construção social que tem o propósito central de organizar hierarquicamente a sociedade e que essa relação acaba por criar e atribuir certos status aos indivíduos, principalmente no que se refere a superioridade e inferioridade, e que, eventualmente, essas construção em determinada medida justificará a violência, sobretudo nas interações entre os gêneros, principalmente numa relação onde o patriarcado é o centro das desigualdades,

Contudo, a explicação que Galtung dá ao patriarcado deixa muito a desejar. Ele enxerga-o como um sistema de dominância baseado na relação hierárquica entre

mulheres e homens, mas falha em reconhecer as várias formas que o patriarcado assume, além de não assumir as diferentes maneiras pela qual o patriarcado regula essas relações. Embora ele não defina gênero, Galtung usa o termo como sinônimo para sexo e, mais especificamente, ele enxerga uma relação dúbia entre a sexualidade masculina e a sua agressividade. (CONFORTINI, 2006, p. 340)

O foco central da crítica de Confortini (2006) consiste, no entanto, em quatro pontos que a autora elenca como as relações que Galtung deveria ter feito entre gênero e a violência estrutural, em especial, por a autora em diversas vezes enfatizar que o gênero é um mecanismo essencial que deve ser utilizado para que se possa entender como a violência é originada e como ela se reproduz dentro da sociedade. Novamente, a autora traz a discussão de gênero como método analítico para sua abordagem, como o primeiro ponto de conexão, onde assume que ao passo que se introduz essa perspectiva a análise que será feita do escopo social como um todo é possível que “as pessoas passem a ver a realidade social como um conjunto de categorias dicotômicas mutuamente exclusivas, em relação de superioridade-subordinação uma à outra” (CONFORTINI, 2006, p. 341) e não apenas os corpos como indivíduos predispostos biologicamente a violência ou não, como afirma Galtung (1996). Além disso, sobre esse ponto a autora afirma que Galtung ao reproduzir esse discurso atribuindo a biologia tanto a violência masculina, como a bondade feminina, acaba por perpetuar um discurso que legitima os três supertipos de violência.

O segundo ponto que a autora traz para a discussão se refere a categorização do gênero, e os problemas atrelados a isso, sobretudo àqueles que são discutidos dentro das esferas de feminilidade e masculinidade, no qual Confortini (2006) assume que “as categorias que são associadas à feminilidade valem menos do que aquelas que são associadas à masculinidade” (CONFORTINI, 2006, p. 354), onde há uma série de dualidades que são definidas como sinônimos dessas esferas.

Atividade *versus* passividade, racionalidade *versus* emoção, e força *versus* fraqueza são alguns dessas dualidades assim como guerra/violência *versus* paz. O primeiro termo de cada um dos pares são frequentemente associados a masculinidade e lhes é atribuído maior valor em relação ao segundo termo (CONFORTINI, 2006, p. 346).

A linguagem é atribuída como o terceiro ponto ao qual Confortini (2006) acredita que haja uma relação entre as proposições de Galtung e a abordagem feminista, contudo, esse ponto, por não se relacionar com a proposta desse trabalho será abrangido de forma mais sucinta, uma vez que a autora identifica que não há uma problematização no trabalho de Galtung sobre a linguagem, ao passo que dentro da perspectiva feminista a linguagem seria utilizada como meio para legitimar o discurso que justificaria a então violência de gênero. O

quarto e último ponto, no entanto, se refere a relação entre gênero e violência, onde a autora assume que ambos são mutuamente constituídos.

Assumindo esse papel, então, Confortini (2006) reconhece a contribuição que Galtung atribui ao gênero, sendo ele exclusivamente biológico o que para a autora contribui na aceitação da violência como algo inerente a sociedade, principalmente pelos papéis que são empregados à masculinidades e feminilidades, como exposto acima. Contudo, a autora contraponta Galtung (1996) ao declarar que a construção dos papéis do homem e da mulher apontam para a criação de um indivíduo que é social.

Esta discussão sobre violência e masculinidades revela que mais do que constituir o ambiente cultural que torna a violência aceitável e legítima, como afirma Galtung, as relações de gênero estão implicadas na própria criação da violência. A violência é tornada possível pela existência de relações de poder/gênero e as relações de poder/gênero dependem da violência para sua reprodução. Violência e gênero estão envolvidos em uma relação de constituição mútua (CONFORTINI, 2006, p. 355).

Para além das críticas que Confortini (2006) traz para a discussão da violência estrutural e gênero, é possível observar que, principalmente sobre masculinidades e feminilidades – pela qual Galtung atribui como características ao indivíduo biológico –, existem outros vieses que acabam sendo fortalecidos dentro dos discurso de gênero, e dessa maneira a relação vertical entre o homem e a mulher dentro da sociedade, como por exemplo os movimentos nacionalistas e a militarização. Ademais, outra crítica surge à violência estrutural de Galtung e as relações de gênero, onde o autor peca em não assumir que entre as próprias mulheres à uma relação hierárquica, onde predominantemente as mulheres que são brancas, ricas e do norte global, acabam por sofrerem drasticamente menos com essa violência de gênero do que aquele grupos de mulheres que não são enxergadas como brancas, além de serem pobres e pertencerem ao sul global, assuntos esses que deverão ser tratados na sessão a seguir.

1.3 Exclusão e Invisibilidade: produtos da Violência Estrutural

Para essa sessão, não serão levadas em consideração as proposições aqui discutidas sobre a violência estrutural postulada por Galtung em seus trabalhos, mas sim uma observação das diversas frentes como essa violência acaba abarcando em alguns discursos presentes dentro da própria discussão de gênero que excluem as mulheres de posições, que são consideradas mais racionais e violentas, e logo, seriam papéis que deveriam ser exercidos

por homens, além do discurso segregador que existe em algumas das abordagens feministas que acabam por invisibilizar a mulher negra, pobre e do sul global. Diante disso, serão abordadas aqui o Nacionalismo e o seu papel como estrutura excludente e invisibilizadora, a própria questão da militarização e como os papéis de feminilidade e masculinidade implicam na inserção da mulher como indivíduo racional e violento e por fim uma discussão pós-colonial sobre o feminismo, que discute a não-representatividade de alguns recortes, esses por não se adequarem a lógica do norte global.

1.3.1 *Nacionalismo*

Para Anand (2010) o nacionalismo é uma ideologia primaria no qual o Estado procura ser reconhecido por sua soberania interna. Esse processo, no entanto, pode acabar ocorrendo de duas formas, uma onde se demanda a inclusão de todos os indivíduos, ao passo que o outro de forma mais excludente, acaba por impor certas limitações as minorias daquele Estado, condição essa que tende a ser violenta e, em alguns casos, insitue um estado de violência onde aquelas minorias devem se submeterem as imposições dos que estão nas esferas de poder, para que assim um novo Estado então seja formado.

O nacionalismo tornou-se estruturalmente embutido como a base do estado moderno em toda parte somente nos tempos recentes. Nacionalismo é, por um lado, um movimento ideológico em direção à construção de uma nação. Por outro lado, é um produto da consciência aumentada da identidade nacional entre as pessoas (ANAND apud MAYALL, 2010, p. 281).

Enloe (1989) declara que os movimentos nacionalistas foram, contudo, muito difíceis quanto a sua relação com as mulheres, devido ao fato de que elas eram percebidas mais facilmente como símbolos do nacionalismo, do que como indivíduos ativos em todo o processo – vale ressaltar que os movimentos nacionalistas foram organizados marjoritariamente na intenção de que fossem acabadas as relações coloniais e racistas que perduravam no período pós-colonial. Quando se refere a simbolismo, Enloe (1989) traz a mesma ideia que Anand (2010) onde o que se assume é que “o papel primordial das mulheres em todo o movimento nacionalista é o de mãe” (ANAND, 2010, p. 285), isso decorrente do fato que para que esse processo fosse bem sucedido, era necessário que se despertasse um senso comunitário entre os indivíduos e esses se sacrificassem em prol da causa.

Nesse sentido, a mulher, como figura prioritária de mãe, assumiria apenas o papel daquele indivíduo atrelado principalmente ao que sua biologia a predeterminaria, sobre isso Enloe (1989) assume que

Os homens em muitas comunidades parecem atribuir um peso ideológico ao traje exterior e à pureza sexual das mulheres na comunidade, porque eles vêem as mulheres como 1) as posses mais valiosas da comunidade - ou da nação -; 2) os principais veículos para transmitir o valor de toda a nação de uma geração para a seguinte; 3) portadores das futuras gerações da comunidade; 4) os membros da comunidade mais vulneráveis à corrupção e exploração por governantes estrangeiros opressivos; e 5) mais suscetíveis à assimilação e cooptação por estranhos insidiosos (ENLOE, 1989, p. 54)

E conclue que todos esses motivos fizeram com que o modo como se comportam essas mulheres se tornassem importantes vista da perspectiva do homem nacionalista. No entanto, mesmo que as mulheres ocupem um lugar de relativo destaque dentro da lógica nacionalista, essas idéias não necessariamente asseguraram que as próprias mulheres fossem enxergadas como criadoras ativas das novas diretrizes desse novo Estado. Logo, o privilégio que existe na relação do homem para com a mulher, não seria algo que mudaria efetivamente se derivado dessa nova nação.

1.3.2 *Militarização*

A predisposições biológicas, como afirma Galtung (1996) colocam a feminilidade e a masculinidade como características inerentes ao indivíduo de acordo com o seu sexo biológico, e essa construção tem acarretado dentro do discurso, principalmente aquele que se relaciona a militarização e segurança como algo que está fora do alcance das mulheres – como será discutido no capítulo a seguir. Essa idéia, como já exposta aqui se firma por haver uma ideia de que a mulher é um indivíduo emocional, ao passo que o homem é racional, devido principalmente a sua estrutura física e predisposição a atuar como soldado.

Cockburn (2010) propõe não apenas essa mesma ideia sobre os papéis dos indivíduos, mas também atribui explicitamente que o patriarcado está inserido na sua configuração.

Perceber o gênero como uma relação revela que ele é consistentemente uma relação de poder, isto é, de assimetria, desigualdade e dominação. Ele apela à noção de um sistema de sexo/gênero com continuidade ao longo do tempo e expressão em instituições e culturas. No mundo contemporâneo e no passado, aquelas sociedades que conhecemos têm tudo, em diferentes graus e de formas diferentes, caracterizadas pela supremacia dos homens e da masculinidade, pela subordinação das mulheres e pela feminilidade. O termo comumente usado para descrever tal ordem de gênero é o

"patriarcado", cujo significado agora se estende além da "regra do pai" para governar os homens em geral, tanto no âmbito público quanto no privado (COCKBURN apud CONNELL, 2010, p. 108).

A autora ainda afirma que devido a essa relação, a mulher é vista não apenas como um indivíduo submisso e fraco, mas que “a palavra mulhere em relação ao conflito talvez provoque uma imagem de passividade, daqueles que são feridos, abusados e deslocados” (COCKBURN, 2004, p. 24), a colocando fora do âmbito militar, devido, principalmente, suas características remeterem à esfera privada.

1.3.3 *Colonialidade*

As relações entre os indivíduos em grande parte das suas interações foram dominadas por relações assimétricas, principalmente dentre aquelas sociedades que foram marcadas pelo processo colonial. Esse processo, não apenas petrificou uma série de costumes, como contribuiu para instalação de vários outros que se difundiram dentro de várias teorias, acabando por dividí-las entre aquelas que seguiam a lógica imperialista européia e outras que trabalhavam com abordagens anti-imperialistas, sendo essas a teorias pós-coloniais. Agathangelou e Turcotte (2010) afirmam que essas divisões, principalmente dentro das Teorias de Relações Internacionais representam e propagam espaços de violência e desigualdade (AGATHANGELOU e TURCOTTE, 2010), excluindo e segregando os indivíduos principalmente devido gênero, raça e classe, onde para Chowdhry e Nair (2004) “tal exclusão implica um modo particular de falar e escrever sobre os outros que os torna marginais, insignificantes e invisíveis” (CHOWDHRY e NAIR, 2004, p. 16).

Esse discurso colonial, se pode afirma, então que foi construído a partir de uma ótica onde as interações entre os colonos e os colonizados era hierárquica, onde se tinha a ideia de que, principalmente, o homem europeu era moralmente superior, e conseqüentemente os outros estavam fadados a um *status quo* inferior (CHOWDHRY e NAIR, 2004). Essa ideia, contudo, se agravava se fossem levadas em consideração dois fatores: gênero e raça. Muitas das feministas pós-coloniais afirma que não se sentem representadas pelas abordagens feministas que são feitas entre mulheres pertencentes ao primeiro mundo, essencialmente pelo fato de ambas as mulheres estarem inseridas em diferentes sociedades, que perpetuam violências que se diferem em níveis elevados.

Baseando-se nessas contradições e tensões na formação do primeiro e do “outro” feminismo, necessita de uma articulação de projetos feministas fundamentados nas histórias, culturas e experiências de mulheres de diferentes formações espaciais. Não basta focar apenas nas relações de gênero, mas sim compreender como as noções dominantes de feminilidade e masculinidade também se entrelaçam com escalas múltiplas, tais como construções e geografias de poder ao longo de relações raciais, étnicas, de classe, sexuais, regionais e internacionais (AGATHANGELOU e TURCOTTE, 2004, p. 50).

Essa diferenciação entre as abordagens coloniais e pós-coloniais tratavam em questão o valor da mulher, principalmente aquela que era do terceiro mundo, essa vista com um valor muito mais inferior que as demais mulheres. Chowdhry e Nair *apud* Stepan (2004) assumem que existe o consentimento de que as mulheres possuem, estruturalmente, o peso semelhante ao de um homem negro, dada sua invalidez ao sistema como indivíduo ativo e pertencente as altas discussões inerentes a esse contexto, além de assumir também que a mulher negra, nessa relação, representa não apenas uma inferioridade à mulher branca, mas também ao homem negro, colocando-a na base de uma pirâmide onde ela representa o indivíduo mais marginalizado de todos.

É nesse contexto, então, que se pode afirmar que mesmo se havendo uma busca por representatividade dentre as feministas, ainda ocorre a perpetuação de violência dentro da própria teoria, que não apenas re-afirma algumas proposições feitas por teorias que já colocam a mulher a margem da sociedade, seja ela branca ou negra, do primeiro ou do terceiro mundo, mas criam uma nova ordem hierárquica que se estende de forma estrutural em todas as interações que se desencadearam a partir das interações entre a mulher negra e qualquer outro indivíduo da sociedade que tratará esse indivíduo com inferioridade, dado o *status quo* que lhe foi imposto.

2 INVISIBILIDADE DOS CORPOS: UM PROBLEMA ESTRUTURAL

Esse capítulo apresentará uma breve conceituação de como os indivíduos, esses representados pelas figuras dos corpos são interpretados dentro do sistema internacional como agentes. Para tal, foi construída uma discussão sobre como o indivíduo era interpretado dentro das teorias mais conservadoras e como ele se tornou uma agência, mesmo não sendo considerado um ator prioritário dentro dos primeiros debates da academia. Na sequência, serão discutidas as diferenças entre os corpos sexuais, principalmente no que se refere as diferenças impostas a mulher e ao homem, devido uma série de fatores estruturais que podem ser percebidos desde a construção do corpo como indivíduo político e social. Ademais, será discutida também a questão da não representatividade da criança como agência e as problematizações que derivam desse debate.

2.1 Realismo e os corpos como organismos do Estado

Os corpos são um "fenômeno social" (BUTLER, 1993, p. 33) e por isso produzem e reproduzem diferentes costumes dentro dos seus âmbitos de interação. Em resposta a essas reproduções, séries de condutas acabam se tornando únicas dentro das infinitas esferas de poder que existem dentro da sociedade, e disseminam valores que além de limitarem aqueles que participarão dessas esferas, criarão padrões que devem ser seguidos. Todavia, antes de serem um fenômeno, os corpos eram entendidos apenas como indivíduos que não possuíam capacidade de influenciar na definição das nossas vidas sociais e políticas (SHEPHERD, 2010) e por isso não eram interpretados como agências dentro dos sistemas internacionais, ou seja, não eram vistos como indivíduos que poderiam contribuir nas manutenções estruturais do sistema, assim como os Estados podiam.

Por agências e estruturas devemos levar em consideração as proposições de Waltz (1986) onde o autor vai afirmar que o sistema internacional é composto pela interação de vários objetos, e que essas interações tornar-se-ão uma grande estrutural "que deverá em algum ponto nortear, constranger e afetar o comportamento daqueles que a criaram" (BRANCHER, 2014, p. 13 *apud* PEÑIN, 2009, p. 114). É a partir, então, das mudanças nessas estruturas que serão "determinados como aqueles objetos pertencentes ao sistema se comportarão em resposta ao que lhe foi imposto" (BRANCHER, 2014, p. 12-13 *apud*

WALTZ, 1986, p. 58). Nesse sentido, os objetos, que constroem e são construídos, assumem o papel de agentes, agora investidos de poder e com capacidade de alterar as dinâmicas da estrutura que são impostas pelas suas “interações coletivas” (BRANCHER, 2014, p. 4).

Contudo, foi apenas na metade do século XX, com a emergência das teorias contemporâneas que o corpo passou a ser visto como algo palpável e não apenas um fenômeno, possibilitando assim que os corpos se tornassem agentes políticos e sociais (STEANS, 2010, p. 74) capazes de se organizarem politicamente e interagirem socialmente. O corpo como um agente social e político, no entanto, só começou a ser estudado dentro dos trabalhos de Foucault, onde o corpo exercia um papel de centralidade e estratégia no que se referia as relações de poder e conhecimento dentro da sociedade (BENDELOW e WILLIAMS, 2002), uma vez que a partir do momento que os indivíduos se organizavam politicamente, eram capazes de influenciar na formação de políticas que priorizavam a manutenção dos Estados. Devido a isso, Foucault ainda afirma que o corpo agora como objeto de poder "passa a ser produzido unicamente para ser controlado, identificado e reproduzir" (TURNER, 2008, p. 36).

Se deve, no entanto, prestar atenção ao que Foucault diz quando vem afirmar que os corpos passarão a serem controlados, identificados e devem reproduzir. Por isso, o autor quer dizer que uma série de normas deverão ser seguidas, essas impostas principalmente pelas instituições, que são definidas pelas agências para constrangerem a estrutura. Dessa forma, os corpos mesmo que possuindo algum tipo de relevância para o sistema internacional deverão ser padronizados e seguirem a lógica vigente, para dessa forma reproduzirem não apenas essas normas, mas contribuirão na formação de novas normas que darão continuidade a ordem que se segue. Com isso, o corpo passa a ser o próprio objeto do estudo, onde se torna possível perceber que a interpretação e reprodução desses corpos é na verdade derivado de um amontoado de interações, sejam elas culturais ou sociais, que transformaram as esferas de poder em detrimento dessa relação (BENDELOW e WILLIAMS, 2002, p. 53-54).

"O corpo, na minha opinião, é onde nós encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não serem nossas. Como eu sou encontrada, e como eu sou sustentada, dependem fundamentalmente das redes sociais e políticas nas quais o corpo vive" (BUTLER, 1993, p. 53).

Ainda assim, por muitos anos se teve apenas a ideia do corpo biológico e da sua vulnerabilidade, por estar intrinsecamente na posição de dependente dessas instituições

(BUTLER, 1993). Dependência essa, que se dava pelo fato do indivíduo não ser dotado dos mesmos poderes que o Estado, ou seja, soberania – no caso dos corpos, ao invés de soberania, o corpo deveria ser autônomo. Logo, por não ser soberano, o corpo é automaticamente excluído e passa a ser interpretado apenas um sujeito do objeto, ou seja, o corpo passa a ser apenas uma das partes pertencentes ao Estado, e por isso sua dependência. E por pertencer ao Estado, o corpo estará sujeito aquilo que Foucault chama de *bare life*, que seria o ato no qual o Estado, investido de soberania, optaria por aqueles corpos que valeriam a pena sobreviverem, ou aqueles que seriam descartáveis para a sobrevivência do Estado, e sendo assim eliminados, mas sem que se considerasse assassinato (SHEPHERD, 2010, p. 23 *apud* FOUCAULT, 2003, p. 254). Butler, em *Frames of War* (1993) também aponta para essa relação de vulnerabilidade que existe em depender das disposições do Estado e das suas interações com o meio para que se sobreviva dentro do sistema.

Se minha sobrevivência depende dos outros, a um você ou a um aglomerado de vocês pelo qual eu não existiria, então minha existência não é minha sozinha, mas a ser encontrada fora de mim, numa série de relações que precedem e excedem as fronteiras do quem eu sou (BUTLER, 1993, p. 44).

Dentre as teorias mais tradicionais das Relações Internacionais, o interesse pela análise dos corpos e suas interferências na criação de estruturas dentro do sistema internacional também tiveram seu foco voltado principalmente para aqueles corpos que estavam diretamente ligados ao Estado, e não prioritariamente no indivíduo corpóreo como uma agência única dentro do sistema. Essa percepção se dá principalmente pelos meios como as próprias teorias se propunham a analisar a ordem internacional, como o Realismo, por exemplo. O realismo, desde a sua criação já coloca os corpos a margem da sua abordagem quando afirma que os Estados são os únicos atores relevantes das relações internacionais, e a sua manutenção e sobrevivência são as únicas questões importantes a serem debatidas dentro da esfera internacional, as chamadas *high politics*. Essa perspectiva, dadas suas características traz uma abordagem muito hobbesiana, principalmente pelo fato de que havendo uma relação apenas entre os Estados, muito provavelmente essa manutenção e sobrevivência serão mantidas a base de violência, essa que dentro do Realismo, é tida como "natural e inevitável" (WILCOX, 2015, p. 18).

Ainda no que se refere ao Realismo e a violência, Hobbes vai afirmar que a violência, principalmente a estatal, que é provida da soberania que ora foi investida ao Estado, será a força capaz de proteger o "homem natural" (WILCOX, 2015, p. 18 *apud* HOBBS, 1996, p. 9

[1651]) – homem natural esse que é a representação do homem que se dispõe do seu próprio poder de direito para ser protegido pelo Leviatã. A violência, no entanto, é justificada como o único meio de se manter a política externa e interna do Estado livres de ameaças, além de também defender que em alguns casos, a violência na forma de guerra interestatais é a melhor opção para se manter a ordem dentro do Estado, primeiramente porque mostrará o poder militar que o Estado possui, dentro do sistema internacional, além de trazer o sentimento de medo a própria população que poderia incentivar a qualquer momento uma guerra civil, quando não mais satisfeito com o poder soberano vigente (WILCOX, 2015, p. 18).

É no Realismo que surge a primeira ideia de que os corpos necessitam seguir certos padrões, principalmente com aqueles corpos que passarão a representar o próprio Estado, onde esses deverão ser autossuficientes, politicamente organizados e governados, onde a segurança estatal vai trata-los como organismo dos próprio Estado, no intuito de protegê-los. (WILCOX, 2015). Vale ressaltar nesse ponto a questão do *bare life* trazida por Foucault, onde esses corpos que são tidos como organismos do Estado, representarão, então, aqueles corpos cujo esforço vale a pena salvar ao invés de deixar que morram, isso não apenas num cenário de guerra, mas em qualquer cenário em que haja a necessidade de se optar por um corpo em detrimento de outros. Essa discussão dos corpos que valem a pena ou não se manterem vivos também é discutida por Butler (1993)³.

Sobre o Realismo, então, é possível dizer que as relações entre o corpo e o sistema internacional, numa análise macro, está figurada apenas no que se refere à segurança estatal, e como os indivíduos contribuirão para manutenção e preservação dos Estados. Sobre essa questão, no entanto, há uma forte crítica das feministas, principalmente pelo fato de que há uma construção acerca dos indivíduos que comandam o Estado serem majoritariamente compostas por homens. Para algumas autoras, ao passo que se fala da segurança estatal, há em paralelo um discurso que privilegia esse grupo formado por homens, principalmente pelo fato de que há uma ideia de que a demonstração de masculinidades dentro do discurso de segurança estatal "trará à tona um Estado que é tido como central, exclusivo e prioritário" (MONTE, 2010, p. 48). Outro fator para que haja uma forte crítica das feministas em relação ao posicionamento realista quanto a representatividade que se dá aos corpos, é pelo fato de que as mulheres ainda não vistas prioritariamente dentro da esfera privada, enquanto o homem é visto dentro da esfera pública, ou seja, a mulher não é considerada uma agência ao

³ Será discutido mais a frente.

passo que o homem é, contudo, considerações acerca dessa problemática serão discutidas apenas na seção seguinte.

2.2 O Feminismo e a não-agência

2.2.1 A Mulher

Quando o feminismo surge para discutir a importância de levar em consideração os corpos como agência dentro do sistema internacional, essas autoras não clamam apenas para que os corpos, sejam desvinculados das bases do Estados e sejam interpretados como indivíduos isolados que contribuem para a manutenção do sistema, mas também para que as considerações de gênero sejam revogadas e que as mulheres passem a se fazerem presente dentro das esferas políticas que colocam o não-masculino à margem das preocupações da segurança estatal. Isso ocorre, principalmente, pelos padrões que anteriormente foram impostos a sociedade onde certos papéis devem ser interpretados por certas pessoas, como prega o Realismo ao encarar a segurança estatal como um ambiente masculino. Além disso, há também uma grande preocupação no que se refere a marginalização dos gêneros nesse contexto como um produtor de dependência, uma vez que as mulheres não são representadas e passam a ter relações assimétricas com os homens (WILCOX, 2015; MONTE, 2010).

Outro problema enfrentado pelas mulheres, e não apenas pelas feministas, está atrelado diretamente a como o Estado perpetua violência dentro tanto do seu âmbito doméstico, como do internacional, por isso, algumas teóricas têm criticado essas abordagens mais tradicionais por não serem aptas a enxergarem como a violência disseminada por elas não afetam apenas os Estados no que se refere a sua territorialidade, mas também a sua população, onde se vale lembrar que além da soberania e do território, a população é o terceiro componente para que se forme um Estado-nação.

No entanto, antes de adentrar no debate que remete a violência de gênero dentro do sistema internacional, é necessário discutir acerca do papel que a mulher representa nesse cenário e como sua participação é vista e problematizada pelas teorias feministas que reivindicam o papel de mulher como agência dentro do sistema, assim como é exercido pelo homem. Para iniciar esse debate, é preciso conceituar como o corpo da mulher é percebido dentro da sociedade, no qual a mulher continua a ser associada com o seu corpo biológico,

esse muito mais ligado a natureza do que as interações sociais. Isso quer dizer que, a mulher, como indivíduo natural possui apenas um “status pré-social” (TURNER, 2008, p. 101), principalmente pela ideia de que a mulher não deixou o seu instinto animal, pelo cultural e devido a isso está unicamente relacionada ao seu papel sexual e reprodutivo.

A questão da natureza e cultura acaba criando alguns tipos de padrões que passam a vigorar e impedem que a mulher se insira em locais que são predominantemente de homens, como é a questão da segurança estatal abordada anteriormente. Esses padrões colocam a mulher numa posição de inferioridade em relação ao homem (TURNER, 2008), ao passo que determinam estereótipos que devem ser seguidos para delimitação de grupos dentro das esferas de poder, que são eles: masculinidades e feminilidades. Esses estereótipos, contudo, não só afetam as mulheres, como também os próprios homens, uma vez que existe uma ideia de que o homem deve exercer um papel de poder e força ao passo que as mulheres devem exercer um papel de fragilidade, então, aqueles homens que não possuem tais características serão automaticamente rebaixados a posição social feminina, ou seja, não representam qualquer poder dentro do sistema internacional (TURNER, 2008).

Essa discussão sobre ser agência ou não é umas das mais fortes dentro da corrente feminista, e ela está ligada diretamente ao que Giles e Hyndman (2004) vem discutir sobre as esferas públicas e privadas dentro do sistema. As autoras, quando iniciam a discussão sobre essas esferas afirmam que a esfera privada é entendida como a casa dos indivíduos ao passo que a esfera pública se refere as decisões que são tomadas da porta de casa para fora, onde se afirma que a ideia de que "existem dois tipos de indivíduos, um civil que é feminino e pertence a esfera privada, e o militar que é masculino e pertence a esfera pública" (GILES E HYNDMAN, 2004, p. 5). Por essa separação, a mulher é interpretada como “o outro” enquanto o corpo do homem é visto como “o normal” (BENDELOW e WILLIAMS, 2002, p. 113-114). Isso quer dizer, então, que as mulheres exercerão um papel que se limita a sua natureza sexual, reprodutiva e submissa, enquanto o homem por ser forte e estrategista, exercerá o papel de poder e dominação.

Elshtain analisa esses papéis que deverão ser interpretados pelos diferentes gêneros no seu trabalho *Women and War* (1987), onde a autora descreve "as mulheres como sendo belas almas e os homens os guerreiros justos" (MONTES, 2010, p. 60). A construção desses papéis está inserida diretamente dentro do debate que se refere aos estereótipos que as teorias mais tradicionais impõem aos indivíduos, onde nesse caso as belas almas de Elshtain são representadas por aquelas mulheres que não estão apenas ligadas ao seu instinto natural, mas

também aquela mulher que são interpretadas como indivíduos frágeis e por isso em períodos de guerra permanecem em casa velando pelos seus companheiros e cuidado dos seus filhos, para que um dia esses possam lutar pelo seu Estado-nação (MONTES, 2010).

A questão da não-agência, é proposta por Enloe (1989) quando a autora vem afirmar que as políticas internacionais teriam criado uma agência invisível para as mulheres, de tal forma que essa invisibilidade iria esconder o que se entende por masculinidade e também por feminilidade (ENLOE, 1989; MARTUSCELLI, 2015). Nisso, Enloe (1989) assume que as interações entre os Estados serão causa direta para as mudanças que regeram as Relações Internacionais, e que em detrimento disso os estereótipos que emergem com a conceituação de feminilidade e masculinidade desaparecerão, primeiramente pelo indivíduo não ser um ator prioritário para as relações internacionais, e segundo porque a mulher, como indivíduo natural, não interfere nas relações de poder entre os Estados, por isso sua invisibilidade (MARTUSCELLI, 2015). Essa agência invisível acontecerá, então, de forma que não importa o quão esforçados os atores estejam para estabelecerem uma relação simétrica para com os outros, esses simplesmente não o conseguiram enxergá-lo. Ou seja, devido uma série de fatores, esses de maioria enraizadas nas estruturas do sistema, que contribuirão para que as mulheres não ocupem cargos que costumeiramente tem sido ocupado por homens, principalmente quando nos referimos a conflitos armados (MARTUSCELLI, 2015).

Contudo, Enloe (1989) ao passo que justifica que devido ao indivíduo não ser um ator prioritário para as relações internacionais, os conceitos de feminilidade e masculinidade desaparecerem de suas análises, a autora também afirma que esse processo também se dará pelo fato desses conceitos serem interpretados como naturais aos corpos, e não criados, e que conseqüentemente com o passar dos anos, tais conceitos não representarão mais os indivíduos ao quais deveriam descrever (ENLOE, 1989). No mais, a autora advogará em prol das mulheres e atribuirá uma série de fatores estruturais que contribuem para o status de inferioridade da mulher dentro do contexto analisado.

2.2.2 *A Criança*

Schapiro (1999) coloca que crianças são indivíduos que estão em processo de desenvolvimento e por isso os adultos se sentem obrigados a tomarem conta desses indivíduos, sendo parte dessas obrigações protegê-las, alimentá-las e educá-las. Ainda

segundo o autor, dado o status que as crianças possuem, o adulto enxergará a criança como “uma pessoa que tem que ser criada, ela goste ou não” (SHAPIRO, 1999, p. 716). Contudo, há uma enorme divergência entre o *status quo* dado as crianças e aquele ao qual algumas delas realmente se encaixam, principalmente quando se leva em consideração os diferentes contextos nos quais essas crianças eventualmente estão inseridas.

A definição de criança, contudo, como aponta Denov e Ricard-Guya (2013) é também uma construção social que pode variar tanto na forma quanto na sua interpretação do que vem a ser uma criança de acordo com grupos sociais e as culturas dos mais diferentes países, esses que são entendidos de acordos com os costumes e as tradições locais. Schapiro (1999) tende a concordar com a construção social da figura da criança uma vez que o autor afirma que mesmo que dentro das leis estatais a criança seja o indivíduo entre a fase de 0-17 anos, essa estipulação não passa de um ponto de vista moral, baseado principalmente num olhar paternal.

Martuscelli (2013) também vem trabalhar em cima da questão da criança, principalmente analisando-as dentro das Relações Internacionais como um indivíduo, que assim como as mulheres, não possuem agenda – a autora se baseia também na agência invisível proposta por Enloe (1990). Contudo, Martuscelli (2013) traz considerações à cerca da dicotomia adulto-infância, onde propõe que o fato da criança permanecer dentro da esfera privada das relações internacionais está intrinsecamente ligado ao fato de que tal grupo não possuirá qualquer influência de maneira ativa nas decisões da esfera pública, no entanto

É importante considerar que crianças com idades diversas terão capacidades diferentes de atuar na cena internacional e menores de diferentes países poderão exercer sua participação e sentir a influência das decisões internacionais de maneira distintas dependendo do seu contexto político, econômico, cultural e social por exemplo (MARTUSCELLI, 2013, p. 100).

Ao construir essas proposições, Martuscelli (2013) trabalha em cima da definição de criança dada pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças de 1989, ao qual a autora considera equivocado, uma vez que a convenção delimita a criança ao indivíduo que possui menos de 18 anos, mas sem considerar que o contexto ao qual aquela criança está inserida, podendo não apenas retardar a imagem daquele indivíduo como criança, mas também trazê-lo para o âmbito público muito antes dela ter completado devidamente os seus 18 anos, do mesmo modo que Shapiro (1999) afirma.

Shapiro (1999) ainda atribui a falta de representatividade da criança dentro da esfera pública ao considerar que devido ao *status quo* dado a criança, ela, "por ser um indivíduo que

devido sua inocência, não pode assumir as responsabilidades dos seus atos do mesmo jeito que os adultos podem" (SHAPIRO, 1999, p. 717), principalmente por haver um consentimento de que aquela criança que possui um comportamento desproporcional ao que lhe é expectado, poderá ser disciplinada a não possuir e reproduzir tal comportamento, ao passo que o adulto, uma vez que não segue a lógica que se refere à se comportar bem em meio a sociedade, uma vez que já é um indivíduo que possui uma racionalidade completa, não apenas será disciplinado, mas pagará pelas consequências dos seus atos.

Além da dicotomia adulto-infância trazida por Martuscelli para justificar a falta de agência da criança nas relações internacionais, há uma problemática que gira em torno das próprias teorias dessa área, principalmente dentre aquelas que não consideram o indivíduo dentro das prioridades do debate. Essa discussão gira em torno principalmente da questão de o indivíduo estar inserido dentro das *soft power* e por isso, não ser um de grande influência para a tomada de decisão, essa que deverá ser feita dentro das *hard power* na figura do Estado (MARTUSCELLI, 2013). No entanto, ainda para a autora, há uma grande divergência naquelas teorias que se preocupam em analisar os indivíduos como agências dentro das Relações Internacionais, como as teorias pós-modernas e críticas, onde Martuscelli (2013) criticam principalmente o feminismo, pois mesmo havendo uma preocupação com

a exclusão de um grupo da esfera pública que compreende as RI, nem sempre considera o papel da criança visto que, para algumas teóricas, associar o papel da mulher ao da mãe pode prejudicar o empoderamento da figura feminina (MARTUSCELLI p. 112 *apud* WATSON, 2008).

A autora, por fim, ainda afirma que o grande problema de as crianças não pertencerem a esfera pública, deriva do fato que isso colocaria em risco a ideia tradicional que existe na distribuição de poder, essa que poderia ser completamente alterada dada a participação das crianças como agentes decisivos nesses processos.

3 GÊNERO E CONFLITOS ARMADOS: AS MENINAS-SOLDADOS

Esse capítulo tem como ponto principal introduzir ao trabalho o que são as crianças-soldados e o seu surgimento dentro dos conflitos intra-estatais do século XX e XXI. No decorrer do capítulo, é introduzida a questão da menina-soldado, foco desse trabalho, no intuito de exemplificar as violências de gênero, essas causadas por uma subjugação da mulher como indivíduo inferior ao homem, causado principalmente devido ao enraizamento de uma cultura patriarcal no âmago das relações entre as sociedades ao qual perpetuam essa prática de se utilizarem crianças na frente dos campos de batalha.

Após a conceituação do que é a criança-soldado e o que são as meninas-soldados e suas diferenças em relação a criança-soldado padrão, ou seja, ao menino-soldados, serão abordadas aos vários tipos de violência que esse grupo sofre em decorrência do gênero e do sentimento de inferioridade e subjugação. Violências essas que ocorrem desde os períodos que envolvem o pré-conflito, o conflito e o pós-conflito, o que perpetua não apenas a marginalização da menina-soldado, mas como será discutido adiante, promove sua invisibilidade e insignificância diante do seu contexto social.

3.1 Crianças-Soldados: um método de combate

Em muitos Estados da África, Oriente Médio e Ásia, crianças são utilizadas como meios de combate em guerras intra-estatais, essas muito evidentes com o final da Guerra Fria, que foi onde “houve a emergência de uma nova natureza dos conflitos armados cuja característica central seria um alto nível de violência e brutalidade decorrente da mudança de alvos para os civis” (FAÇANHA, 2011, p. 72). Kaldor (1999) defini esse novo modelo de se fazer guerra como “novas guerras”, sendo uma característica da era globalizada. Ainda para Kaldor essas novas guerras

normalmente acontecem em lugares no qual Estados autoritários foram de alguma forma enfraquecidos como consequência de se tornarem globalizados. Além disso, nesse contexto, a distinção entre estatal e não-estatal, público e privado, externo e interno, político e econômico, até guerra e paz estão deturpados. Além disso, a deturpação entre essas distinções são ambas, causa e consequência, da violência (KALDOR, 2013, p. 2).

De acordo com Annan (2000) e Ranjan (2013) em todo o mundo existem cerca de 30 conflitos intra-estatais que se utilizam massivamente de crianças-soldados como meio de

combate, onde se estimam que cerca de 300.000 mil crianças, meninos e meninas, sejam soldados ativos no campo de batalha. Desse total, a “África possui o maior número, alcançando cerca de 120.000, algumas com cerca de seis anos, e onde 40% desse total são mulheres” (RANJAN, 2013, p.32).

Devido as consequências atreladas ao envolvimento de crianças em conflitos uma série de organizações internacionais começaram a se posicionarem contra o uso de crianças nos conflitos armados, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde afirma na sua convenção nº 182 que “todo tipo de escravidão, incluindo venda e tráfico de crianças, trabalho forçado como pagamento de débito, qualquer outro tipo de trabalho forçado, incluindo o uso de crianças em guerras e conflitos armados” é estritamente proibido, uma vez que se configura como uma das piores formas de trabalho infantil. Segundo Façanha (2011) somente com a implementação dos Protocolos Adicionais I e II das Convenções de Genebra que as Nações Unidas começaram a se posicionarem sobre o caso das crianças-soldados, onde o Protocolo I refere-se à proteção dos indivíduos que são vítimas dos conflitos armados internacionais, enquanto o Protocolo II proíbe estritamente a participação direta de crianças em conflitos armados internos.

Mesmo com todas as proibições relativas ao uso de crianças tanto pela ONU como pela OIT, foi apenas em 1997 com os Princípios e Boas Práticas de Cape Town⁴ que se tornou, de fato, crime de guerra o uso de crianças em conflitos armados. Além disso, esse grupo de indivíduos ficou nomeado como crianças-soldados, definindo que

Criança-soldado é qualquer pessoa com menos de 18 anos e que participe de qualquer grupo armado, seja ele regular ou não, ou exerça qualquer função dentro desses grupos, incluindo cozinheiros, porteiros, mensageiros e/ou qualquer pessoa que acompanhe tais grupos. A definição também se estende as meninas recrutadas para propósitos sexuais e casamento forçado. Devido a isso, essa definição não corresponde apenas a pessoas que carregam, ou carregaram armas. (UNICEF; 1997, p. 8)

Para Becker (2004), a maior motivação para que as crianças-soldados sejam tão utilizadas é o fato de que em muitos dos conflitos intra-estatais presentes nesses ambientes, os líderes dos grupos armados, assim como os comandantes dos exércitos consideram as crianças como um indivíduo que é barato, manipulável e abundante, isso devida a alta vulnerabilidade causada pelas estruturas sociais nas quais as crianças se encontram. Landau (2007) justifica

⁴ Simpósio que ocorreu em Cape Town, na África do Sul, organizado pelas Nações Unidas, no ano de 1997 onde foram discutidas táticas e meios para que fossem diminuídos os usos de indivíduos com menos de 18 anos em conflitos armados, além da sua reintegração a sociedade. Disponível em: <[http://www.unicef.org/emerg/files/Cape_Town_Principles\(1\).pdf](http://www.unicef.org/emerg/files/Cape_Town_Principles(1).pdf)>

que o fato das crianças existirem aos montes e principalmente em campos de refugiados fazem delas abundantes e suscetíveis ao aliciamento, o que faz a autora descrevê-las como “uma estratégia de guerra, onde militares e líderes rebeldes veem as crianças como recursos a serem explorados” (LANDAU, 2007, p.1).

Muitas dessas crianças ainda enfrentam uma série de restrições, como a falta de acesso as escolas, além de serem retiradas de suas próprias casas, ou serem separadas de suas famílias devido a devastação causada pela guerra, e principalmente pela fome que é uma resposta a essa desordem e desgaste do Estado. Becker (2004) vem afirmar que esses fatores, exógenos as crianças, aumentam sua falta de fé num futuro, tendo em vista as atuais condições que a sociedade se encontra, fazendo com que muitas dessas crianças percebam que os grupos armados possam representar uma das melhores chances de sobrevivência ou caminho até o poder e dinheiro. Ademais, de acordo com Harvey (2001), o fato de a criança ser um indivíduo transitório, pois ele eventualmente crescerá também, é um fator preponderante no seu recrutamento, pois uma vez que ele se tornará um adulto com o passar dos anos, os comandantes não temem serem reprimidos internacionalmente pelas leis que proíbem o uso de crianças nas guerras.

Diante da ainda crescente onda do uso de crianças-soldados, Vautraves (2009), identifica que os Princípios e Orientações de Paris⁵ afirmam que uma das maiores causas dessas crianças serem tão abundantes é o fato delas pertencerem a um grupo de indivíduos em sua maioria que já foram deslocados devido a guerra e instabilidade política das suas regiões. O Princípios e Orientações de Paris, nesse sentido, colocam que

Crianças que foram deslocadas internamente, quer devido a desastres naturais ou conflitos armados podem estar em grande risco de serem recrutadas ou utilizadas pelas forças armadas ou grupos armados devido a redução da proteção social e mecanismos de enfrentamento, discriminação baseadas no seu status de deslocado ou sua fidelidade a grupos beligerantes em conflitos armados. (UNICEF, 2007, p. 17).

Além do perigo causado por serem deslocadas internas, Prasad e Prasad (2009) afirmam que essas crianças também são eventualmente são sequestradas de suas casas, escolas e campos de refúgio. Ao passo que são exploradas, elas ingressam dentro do trabalho forçado, como também se tornam escravos sexuais e, por fim, são forçadas a se recrutarem,

⁵ Os Princípios e Orientações de Paris ocorreram em 2007, também organizada pelas Nações Unidas, e é um documento que procura revisar os Princípios e Boas Práticas de Cape Town, uma vez que o primeiro documento já possuía quase dez anos de existência. Disponível em: <<http://www.unicef.org/emerg/files/ParisPrinciples310107English.pdf>>

quando não são traficadas pelas fronteiras dos Estados. Contudo, a vulnerabilidade dessas crianças, assim como os efeitos não se baseiam unicamente a isso. O uso excessivo de drogas, esse também apontado por Vautraves (2009), como uma medida utilizada, principalmente, para encorajar essas crianças-soldados a realizarem os comandos dos seus líderes, são recorrentes no período em que esses indivíduos já estão sob os regimentos dos grupos armados, uma vez que inibe tais crianças a sentirem a realidade que as rodeia. Além disso, elas também são vulneráveis no que se refere a sua própria saúde, onde vários problemas podem ser relatados como “traumas psicossociais e instabilidade mental, como também doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS” (PRASAD e PRASAD, 2009, p. 168).

Quanto ao processo de entrada nesses grupos armados além de se darem por meio de práticas abusivas como sequestro e a ameaça, ocorrem também de forma voluntária. Landau (2007), no entanto, alega que existe uma ambiguidade no que se refere ao voluntariado, uma vez que dentro do contexto de conflito armado, muitas dessas crianças não têm outra opção a não ser se alistarem voluntariamente aos grupos armados, isso porque, em sua grande maioria, essas crianças se encontram em uma situação de vulnerabilidade tanto social, quanto econômica. Se juntar a esses grupos armados pode também estar diretamente ligada a experiências pessoais dos indivíduos com assédio por familiares próximos, perda dos mesmos ou até causados por deslocamentos internos, fazendo com que essas crianças busquem esses grupos armados para obterem proteção. Por fim, a autora ainda afirma que “para as crianças que vivem em áreas de conflito, se tornar um soldado ao invés de vítima do conflito, as proporcionará alimentação e meios de se defenderem, mesmo que para isso possuam armas” (LANDAU, 2007, p. 1).

Essas noções, tanto de que as crianças obterão proteção, comida e eventualmente ganharão dinheiro ocorre basicamente pela perda com o vínculo familiar, esses que muitas vezes é perdido de forma imposta, de duas maneiras distintas, sendo elas ou o sequestro por grupos militares estatais ou rebeldes, ou pelo próprio sentimento de miséria que anda atrelado aos indivíduos que vivem nesses locais. Para Façanha (2011) uma das maiores causas para que as crianças-soldados criem certos estereótipos relacionados ao alistamento e recrutamento aos grupos armados e forças armadas, é devido ao colapso das estruturas estatais, essas que deveriam garantir não apenas as crianças, mas a toda a sua população um maior nível de segurança. Além disso, o aumento no uso de armas leves também é um fator que tem contribuído para o aumento do número de crianças-soldados, isso principalmente pelo status que uma arma pode representar para uma criança que a possui.

Em um discurso para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, Kofi Annan (2000) afirma que essa ideia é utilizada como meio de se protegerem, não apenas de serem sequestradas pelos grupos armados e forças armadas, mas também como um meio de se defenderem contra grupos étnicos e religiosos aos quais possuem desavenças. Além de poderem defender seus familiares e comunidade das atrocidades arraigadas a guerra. Contudo, Harvey (2001), afirma que essa proliferação também contribuiu para o aumento das crianças envolvidas nos conflitos intra-estatais, principalmente porque “diferentemente das antigas armas, que eram pesadas, incomodas e difíceis de serem manipuladas, as crianças agora podem facilmente usar as armas leves que circulam em abundância” (HARVEY, 2001, p. 25).

3.2 Meninas-Soldados: um debate sobre invisibilidade e marginalização

Nos últimos anos, desde o surgimento da pesquisa acadêmica no que se refere ao fenômeno das crianças-soldados, o tema tem sido tratado unicamente como um problema relacionado a figura masculina, Brett (2002) considera que essa questão está principalmente atrelada ao fato de que a guerra é tradicionalmente uma estrutura dominada por homens e por isso, a figura feminina, mesmo que participante ativa do conflito, tenderá a ser invisibilizada pela sua insignificância. Denov (2009) afirma que essas meninas assumem posições periféricas e por isso se tornam invisíveis, mesmo que elas ocupem cargos similares ao dos meninos, como aponta Hosein (2001) quando elabora uma tabela sobre os papéis que são exercidos pelo menino e pela menina dentro dos conflitos.

Tabela I: Papéis de Mulheres/Homens dentro de Grupos Armados

Papéis	Papéis Femininos	Papéis Masculinos
Combatentes	X	X
Treinados para combate	X	X
Escravo	X	
Escravo Sexual	X	
Coletar, preparar, cozinhar	X	
Porteiros	X	
Pilhagem	X	X
Missões suicidas/bomba	X	X
Esconder minas explosivas	X	X
Cuidados infantis e criação	X	
Espiões	X	X
Informantes	X	X

Mensageiros	X	X
Oficiais da Inteligência	X	X
Comunicações	X	X

Fonte: Tabela construída por Hosein (2011) *apud* Mazurana e Mckay (2004).

Para Denov e Richard-Guay (2013) o problema está também relacionado ao fato de que, academicamente, o termo criança-soldado, refere-se quase que exclusivamente a figura do menino e sua AK-47, e não a menina e os papéis que lhe são designados, como o de enfermeira, cozinheira, entre outros. Outro grande problema que envolve as crianças-soldados e afeta desproporcionalmente mais as meninas-soldados do que os meninos é a vulnerabilidade causada pelo conflito armado. Essa vulnerabilidade à menina aumenta, principalmente, devido à dois fatores, sendo eles o status de criança e o gênero.

De acordo com o relatório *Because I am a Girl* (2008)

As meninas permanecem "invisíveis" durante conflitos violentos, ignoradas nas respostas humanitárias ou tratadas simplesmente como vítimas de violência sexual e de outros tipos. Esta falta de foco nas meninas aumenta a sua vulnerabilidade à violência e reduz o seu acesso aos mesmos serviços e suporta a necessidade nestes tempos de insegurança. (Relatório *Because I am a Girl*, 2008, p. 43)

A partir do momento em que se é uma criança envolvida em conflitos armados, seja o indivíduo do sexo masculino ou feminino, há a criação de um status de onde os líderes militares tendem a se aproveitar desses indivíduos por questões unicamente de guerra, principalmente dada sua abundância e vulnerabilidade. A questão, quando exclusivamente referente às meninas-soldados são associadas a um ciclo de abuso, como aponta Morales (2008), que vai desde o recrutamento dessas meninas até o pós-conflito, onde o grupo continua passando por uma série de abusos provocados em decorrência do envolvimento com os conflitos armados. Ainda para Morales (2008), o fato de essas meninas serem marginalizadas por serem não apenas crianças, mas também mulheres, constitui o que a autora considera ser um "exército-sombra" (MORALES, 2008, p. 2).

Em seu trabalho, Denov (2009) faz um estudo se baseando principalmente em três problemáticas sobre as meninas-soldados para construir o status de vulnerabilidade desse grupo. Para a autora, o problema inicial é fundamentado pelo status periférico dados a essas meninas, uma vez que mesmo correspondendo a cerca de 30-40% de todas as crianças envolvidas em conflitos armados, esse recorte se demonstra insignificante aos olhos dos governantes, das organizações internacionais e da sua própria comunidade. O segundo ponto debatido gira em torno do papel que a menina representa dentro da guerra, sendo ela muito mais necessária do que os meninos, para uma questão de manutenção e funcionamento do

grupo, dado os trabalhos que essas meninas exercem e é por esse fator que “as meninas-soldados tendem a ser os últimos membros a serem soltos por seus comandantes e líderes” (DENOVI, 2009, p. 815). Por último, quando inseridas nesse contexto de conflito armado, as meninas-soldados são obrigadas a lidar com experiências avassaladoras de vitimização, perpetração e insegurança, devido a grave violação dos seus direitos humanos.

3.3 Do recrutamento

Não muito diferente dos meninos-soldados, as meninas-soldados passam pelos mesmos processos de recrutamento que consistem basicamente em práticas abusivas e brutais, como o sequestro e a coerção, como também via meios onde as meninas-soldados decidem que o voluntariado é a melhor opção. Contudo, ao contrário dos meninos-soldados, essas meninas são estigmatizadas mesmo antes de serem parte dos grupos armados, o que faz com que muitas delas sejam recrutadas unicamente com o objetivo de satisfazer os combatentes, não apenas na função de prostitutas, mas também de esposas, dançarinas e recompensas por trabalhos bem feitos. Denov e Ricard-Guya (2013) ainda apontam como fatores essenciais para o alistamento das meninas a religião, a política e a necessidade por recursos de sobrevivência, como comida, proteção e remédios.

O processo de recrutamento, contudo, desde o seu início introduz a criança-soldado a uma série de violências estruturais que estão enraizadas num ciclo de violência no qual tem o intuito de desestabilizar a criança emocionalmente e compeli-la a se juntar aos grupos armados. Martuscelli (2015) explica, contudo, que muitas das crianças-soldados podem vir a fazer o que a autora denomina de ‘cálculo para menores’, esse que consiste numa série de fatores que estão inerentes as crianças que vivem num contexto conflituoso, e aos quais tais crianças devem levar em consideração quais pesos cada fator terá, e dessa maneira considerar se voluntariar para um grupo armado, ou esperar que milagrosamente ele não seja recrutado forçadamente.

Quando se referindo a questão das meninas-soldados, Martuscelli (2015), no entanto, afirma que o ciclo de violência que circula esses indivíduos cresce potencialmente, uma vez que meninas-soldados estão mais a margem da sociedade que qualquer outro combatente, isso porque “meninas sofrem, pelo menos uma dupla exclusão nas Relações Internacionais, primeiro, são marginalizadas por questões de gênero, e segundo, por questões de idade”

(MARTUSCELLI, 2015, p. 78 apud PARK, 2006, p. 316). Para Brett (2004) o caso das meninas-soldados é ainda pior, uma vez que devida a invisibilidade atribuída essas garotas, não existe nenhuma agência que as represente, assumindo dessa maneira a posição de objetos passivos das vontades dos outros, e por isso, são tratadas como dependentes.

3.3.1 *Sequestro e Coerção*

Muitas garotas são sequestradas e coagidas a entrarem em grupos armados. Esse processo se dá muito igualmente ao dos meninos-soldados. Para Morales (2010) a grande crise dos Estados Africanos, no que se refere as guerras intra-estatais que tem causado o deslocamento de grandes contingentes de indivíduos, esse que é um dos maiores fatores relacionados a essas práticas. Prasad e Prasad (2009) trazem uma discussão acerca das crianças de rua, apontando esse recorte como o mais vulnerável a suscetíveis sequestros. Os autores afirmam que as crianças, principalmente as nascidas em período de guerra, tem que encarar uma vida estigmatizada com discriminação, abandono e infanticídio, o que, indiscutivelmente, amplia ainda mais a vulnerabilidade da menina-soldado a não apenas o sequestro, mas também a exposição a abusos sexuais.

Além do sequestro, muitas dessas meninas são coagidas a entrarem nos grupos armados, seja essa coerção pela sua própria família, ou pelos próprios rebeldes. Mazurana e McKay (2001) afirmam, que muitas meninas, são compelidas a entrarem, contra sua vontade em grupos armados pelos seus próprios pais. Para isso, os parentes alegam que elas não estarão apenas salvando sua família de um eventual assassinato em massa, mas também estão salvando, uma vez que por não terem muitas chances de sobreviverem, irão morrer no instante que forem para a guerra, e não enfrentarão a dureza que é a vida dentro do conflito armado. Além do mais, ainda de acordo com as autoras “algumas meninas são entregues por seus pais para o serviço militar como forma de pagamento” (MAZURANA e MCKAY, 2001, p. 32). Ademais, muitas das meninas que são sequestradas ou coagidas a se juntarem aos grupos armados entram para exercerem tarefas domésticas, como cozinhar, costurar, serem enfermeiras dentre outras as funções exercidas pelas diferenças baseadas no gênero. Outro fator para essas meninas serem sequestradas é para servirem aos comandantes como suas mulheres e parceiras sexuais, mesmo que essas meninas não possuam idade suficiente para terem relações sexuais e/ou ainda tenha entrado no período de puberdade.

3.3.2 *Voluntariado*

Muito se debate acerca do que seria se voluntariar a um grupo armado, e se existe realmente um voluntariado. Essa problemática de se o voluntariado, de fato, acontece ou não tem gerado um debate entre os estudiosos do fenômeno crianças-soldados onde há a percepção que não há voluntariado, mas que devido a uma série de fatores, como aponta Martuscelli (2015) com o ‘cálculo para menores’ que deverão ser analisados para que sejam ponderadas as vantagens entre se voluntariar ou esperar que os grupos armados, eventualmente, recrutem forçadamente as crianças. Ainda no que se refere a esse debate, o relatório da Child Soldiers International (2016) afirma que

Para ser verdadeiramente voluntário, o consentimento precisa ser livre e informado. Deve ser dado por uma criança exigente com a maturidade mental para permitir uma compreensão completa das consequências de suas ações e feitas em condições onde elas não são compelidas por circunstâncias externas ou pela pressão do grupo armado de se unir. Além disso, as crianças que se juntam a grupos armados, mesmo que sejam "voluntárias", muitas vezes não podem sair sem medo de represálias para si ou para suas famílias, quer por parte do grupo armado ou atores estatais (Relatório da Child Soldiers International, 2016, p. 17).

Quanto as motivações para se voluntariar dentro de um grupo armado, estatal ou rebelde, Brett (2003) salienta que existem cinco fatores externos que exercem grande influência nas crianças, e conseqüentemente maior influência nas meninas, para que se alistem, sendo eles: guerra, pobreza, educação, emprego e família. Esses motivos, caso sejam analisados de maneira isoladas apresentaram várias ramificações que contribuirão diferentemente para o voluntariado desses indivíduos, mas no caso de todos serem analisados de forma conjunta se percebe que todos estão conectados de forma intrínseca, onde um dos motivos leva a outro, e conseqüentemente ao recrutamento.

Se observarmos os prejuízos causados pela guerra, perceberemos primeiramente que para algumas populações a pobreza será uma premissa recorrente, principalmente aqueles indivíduos que não tem capacidade de se manterem dentro de um sistema onde há a massa exploração de um indivíduo por outro, como é o caso das crianças em relação aos adultos. Seguindo essa lógica de que as crianças estariam submetidas aos desejos que os adultos a imporiam, e de que também a guerra tem predominantemente um caráter destrutivo e levando em consideração que dentro de algumas sociedades menos desenvolvidas o investimento em educação é custoso, é possível afirmar que o investimento dos comandantes em educar as crianças-soldados é quase que nula. Uma vez que não há educação de qualidade, ou nenhuma

educação, essas crianças estão suscetíveis a não arranjam um emprego por falta de qualificação.

A família, que dentre todos os motivos listados por Brett é o mais desconexo dos demais, contudo, é uma das maiores causas que levam as crianças a se voluntariarem nos grupos armados, principalmente se houver algum tipo de violência doméstica, ou simplesmente abandono de incapaz. Pegando todas essas hipóteses e aplicando a vida das meninas que vivem nesse contexto, é perceptível que as garotas, devido principalmente aos problemas relacionados a gênero dentro dessas sociedades, serão exponencialmente aumentados.

Contudo, como aponta Brett (2003) esses fatores não são exclusivos, uma vez que “motivos ideológicos, motivos étnicos, a luta por liberdade, amigos e outros problemas também são responsáveis pelo recrutamento” (BRETT, 2003, p. 2). Dentre essas outras razões para o voluntariado nos grupos armados, principalmente no que se refere ao caso das meninas-soldados, Brett (2004) afirma que elas, em alguns casos, se posicionam como indivíduos que procuram controlar completamente as suas vidas e não se submeterem as escolhas dos outros, dessas maneiras as meninas escolhem quem serão seus comandantes, e conseqüentemente acabam se tornando parceiras sexuais e/ou esposas dos mesmos, e conseqüentemente conseguem um pouco de igualdade com os meninos-soldados, que não apenas devem respeitá-la, mas também não podem fazer dessa menina-soldado uma de suas parceiras sexuais. Brett (2004) e Denov (2009) reconhecem que o voluntariado das meninas a grupos armados e a obtenção de uma arma pelas mesmas garantirá que elas sejam menos alvos de exploração sexual e estupros coletivos, além de a escolha dessas meninas de se alistarem representam também a procura por empoderamento e emancipação, principalmente em sociedades onde as relações de gênero são regidas a partir do patriarcado.

Outro grande motivo para o alistamento voluntário, principalmente, no caso das meninas está relacionado à violência doméstica, como aponta Brett (2004) quando afirma que “apesar de também acontecer com os meninos-soldados, as meninas-soldados mais frequentemente fogem de casa por estarem presas a situações domésticas, como também de não serem ouvidas, e por serem abusadas sexualmente por familiares” (BRETT, 2004, p. 33). Além do mais, muitas dessas garotas fogem de casa por estarem prometidas a homens, muitos anos mais velhos, e provavelmente infectados com doenças sexualmente transmissíveis por já terem tido diversas esposas, muitas dessas assassinadas pelos próprios maridos.

3.4 Da Saúde

Muitas são as variáveis relacionadas à saúde da menina-soldado que podem ser analisadas, uma vez que o grupo está suscetível a uma gama de situações que contribuirão para que sua saúde seja debilitada com o passar dos dias. De acordo com Denov (2009) além das doenças tipicamente presentes dentro do escopo da guerra e que afetam a todos os indivíduos que ali estiverem presentes, como mau-nutrição, estresse pós-traumático, além de doenças contagio-respiratório como tuberculose, e uma série de doenças causadas pela falta de saneamento básico, as meninas-soldados enfrentam também problemas causados pela violência de gênero.

As meninas também tiveram problemas de saúde específicos do gênero que estavam diretamente relacionados com a violência sexual durante a guerra. Problemas ginecológicos como resultado de estupro incluíam lesão genital, infecções, fístula vesico-vaginal e complicações de abortos auto induzidos ou clandestinos. As meninas também foram vítimas de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/AIDS. [...] muitas meninas nas forças de combate também sofreram danos graves por terem filhos, sofrendo problemas ginecológicos devido a infecções ou complicações no processo de parto (DENO, 2009, p. 825-826).

Ademais, devido uma cultura que dá preferência ao homem, muitas dessas meninas-soldados não chegam a serem medicadas ou receberem a devida atenção para os seus problemas de saúde. No mais, serão detalhadas as piores agressões à saúde da menina-soldado com o intuito de exemplificar como a cultura de violência presente dentro do contexto ao quais esses indivíduos estão envolvidos, continua não apenas segregando os indivíduos baseados em gênero, mas que imputam a essas divisões uma série estigmas que seguem desde o nascimento da menina, até a sua morte.

3.4.1 HIV/AIDS

A relação entre o HIV/AIDS, conflitos e gênero são muito estreitas, principalmente dentro do contexto ao qual esse trabalho analisa. De acordo com o *Because I am a Girl* (2008) guerra e AIDS são ambos grandes motivos para que, principalmente crianças, acabem morrendo. A relação ao gênero se refere principalmente ao fato de que inseridas em um contexto onde há a submissão do gênero feminino, pelo masculino, tanto as meninas, como as mulheres tendem a serem estupradas com mais facilidade e dessa maneira contraírem a doença. Ainda de acordo com o relatório

Meninas e mulheres jovens muitas vezes não têm o poder de decidir quando e como elas terão relações sexuais ou se o parceiro usará um preservativo. Mais importante ainda, as meninas podem ter relações sexuais com um homem muito mais velho que teve muitas parceiras e está infectado. O sexo entre gerações e o casamento antecipado é uma das questões críticas relacionadas com a vulnerabilidade particular das meninas. Os desequilíbrios de poder que tornam as meninas e as mulheres desproporcionalmente vulneráveis à infecção pelo HIV tornam-se ainda mais nítido durante o conflito (Relatório *Because I am a Girl*, 2008, p. 52).

A vulnerabilidade para se contrair o HIV/AIDS aumenta exponencialmente quando se é uma criança. Stevens (2014) afirma que quanto mais nova for a mulher, mais vulnerável ela será a ser estuprada, não apenas levando em consideração que seria mais fácil dominar uma menina do que uma mulher, mas principalmente pelo fato de que sendo criança, a menina está menos suscetível a ter relações sexuais, sejam elas consentidas ou não, e terem menos chances de já possuírem o vírus do HIV/AIDS, ao contrário de mulheres adultas, que provavelmente vem sendo estupradas durante toda a sua vida, e conseqüentemente já possuem o vírus.

Atrelada a questão da contaminação com o HIV/AIDS estão também as conseqüências causadas pela doença, principalmente quando a figura da menina é invisibilizada e por isso, em muitos casos, acaba sem receber o tratamento devido para controle da doença. Stevens (2014) conclui que devido a essa exclusão e a dificuldade de Estados-Nações que se encontram em conflito em manterem sob controle suas políticas de saúde, se torna não apenas difícil para os Estados continuarem a exercerem o seu papel de protetor, mas também de arcar com os custos destinados a antirretrovirais. Ainda no que se refere ao papel do Estado na relação entre HIV/AIDS e seu devido tratamento, o *Because I am a Girl* (2008) complementa afirmando que em muitos Estados africanos, logo após serem estupradas, fator esse que é o contribuinte para a disseminação da doença, as mulheres não têm acesso a testes para confirmarem a presença do vírus, acarretando numa série de omissões por partes dos Estados no que se refere ao tratamento.

3.4.2 *Saúde Sexual e Reprodutiva*

No que se refere a saúde sexual e reprodutiva se pode observar que muitas das meninas-soldados enfrentaram dentro do conflito uma série de experiências que culminam, em alguns casos, na infertilidade das meninas, quando não numa série de doenças relacionadas as partes íntimas das mesmas, que iniciam desde o primeiro estupro e terminam com o parto de seus filhos. Contudo, o corpo dessas meninas também deve ser levado em

consideração nessa análise, uma vez que muitas delas, como medida cultural ou simplesmente como um ato bárbaro tem seus clitóris mutilados.

A primeiro caso, devido uma cultura de preferência masculina como coloca o relatório *Because I am a Girl* (2008), muitas dessas meninas não possuem os recursos necessários para se manterem vivas, incluindo remédios e alimentos, e uma vez que devido a falta extrema de recursos, essas meninas estarão cada vez mais vulneráveis a se venderem sexualmente por comida ou remédios. De acordo com Denov (2009) além de se submeterem a violência sexual, essa que pode vir a causar malformação genital e uma série de doenças, essas meninas acabam engravidando de seus estupradores e acabam optando pela indução do aborto, esse feito de maneira clandestina. Como consequência disso, muitas meninas não se sentem a vontade de manterem futuras relações sexuais, principalmente se ainda mantiverem alguma relação conjugal com o seu estuprador.

Acompanhado os problemas relacionados ao estupro das meninas-soldados, a gravidez indesejada é um dos piores problemas que essas meninas podem enfrentar, contudo, dar à luz aos seus filhos é, sem sombra de dúvida, a pior experiência que essas meninas podem passar. Para Stevens (2014) o ato de parir sem acesso à medicamentos e profissionais especializados é de grande risco não apenas para a vida das mulheres, mas também das crianças, que podem ambas serem levadas a morte. A autora ainda complementa que além da falta de recursos para o trabalho de parto, essas meninas estão suscetíveis a práticas perigosas como as ocorridas em Serra Leoa, como é o caso das meninas-soldados da Frente Revolucionária Unida⁶ (FRU), as quais tinham suas barrigas chutadas para que o parto fosse forçado, ou tinham suas pernas amarradas para que o parto fosse atrasado, caso o grupo estivesse se movimentando.

3.4.3 Problemas Psicológicos

Por último, mas não menos preocupantes, estão os problemas psicológicos que são recorrentes nesses indivíduos. Os problemas psicológicos, contudo, não se resumem apenas aos derivados do terror causado pelo envolvimento com o conflito armado sendo tão jovem, Denov (2009) afirma que além dessa primeira problemática, as relações sexuais forçadas e abusivas representam uma grande parcela dos problemas psicológicos presentes,

⁶ Foi um movimento de guerrilha que aconteceu na Serra Leoa, criada em 1991, e teve grande destaque dentro da guerra civil do país, que culminou com a morte de aproximadamente 2 milhões de indivíduos, durante os seus 11 anos de duração.

principalmente, nas meninas, essas que podem vir a se suicidarem após uma série de estupros por se sentirem não apenas humilhadas, mas também culpadas pelo que lhes ocorreu. Denov (2009) alega que

Há devastadores efeitos psicológicos da violência sexual em tempo de guerra. As meninas relataram experimentar angústia, flashbacks, medos persistentes, dificuldade em restabelecer relacionamentos íntimos, um embaraço de prazer na vida, vergonha e ser incapaz de ter experiências sexuais ou de gravidez normais. Meninas forçadas a cuidar e carregar os filhos de seus agressores às vezes sofrem sérios danos mentais, físicos e espirituais. A longo prazo, as meninas relataram depressão, ansiedade, baixa autoestima e raiva (DENOV, 2009, p. 826).

Além disso, é notável que muitas dessas meninas se tornam sujeitas a terem estresse pós-traumático. Stevens (2014) alega que experiências traumatizantes como testemunhar ou participar na execução de pessoas conhecidas como familiares e amigos, além de ter sido vítima de ataques, assim como ver corpos mortos e ser parte integrante de um grupo armado e sofrer todas as penalidades que podem vir a serem cometidas as meninas podem levar a esse quadro médico.

3.5 Dos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

Os Programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) estão previsto nos Princípios de Paris como medidas que reintroduziram aqueles indivíduos afetados pelas guerras civis a suas comunidades, principalmente quando se refere a reintrodução da criança nesse espaço. Tonheim (2014) descreve o DDR como “um processo multidimensional que deve abranger as áreas sociais, econômicas, psicológicas, legais e políticas” (TONHEIM, 2014, p. 634) ao qual deve fazer a transição do indivíduo de uma identidade militar, para uma civil. Vale salientar, a princípio, que esse processo ocorre em três fases, na qual se deve entender que para que a paz, nesses ambientes sejam de fato, alcançadas, o processo exigirá muito mais que a retiradas das armas das mãos desses indivíduos, conjuntamente a “um processo regimentado de reabilitação e de reconstrução societária” (MACKENZIE, 2014, p. 242), fazendo esse processo se estabelecer como o mais natural possível.

Essa naturalização proposta pelo autor se refere ao meio como esse indivíduo, no caso a criança, será integrada a sua comunidade, onde por meio dos programas de DDR, onde essas crianças deverão ser recebidas pelas suas comunidades de forma acolhedora. Contudo, em

diversos casos, principalmente quando atrelamos o fator gênero a discussão, o acolhimento se demonstra hostil. Morales (2008) assume que muitas das famílias e das comunidades ao receberem as ex-meninas-soldados as rejeitam por considerá-las indivíduos impuros e sem moral, e o fato de carregar consigo uma criança proveniente de uma relação com algum outro soldado, seja ela consentida ou não, culminará diretamente na sua estigmatização, onde de algumas dessas garotas serão forçadas a viverem fora de suas casas (BROOKS, 2014, p. 294).

Sendo as meninas estigmatizadas como promíscuas e problemáticas, sem um meio de vida ou uma rede de apoio social, é frequente que continue o ciclo de vitimização por gênero, e as meninas que antes eram crianças-soldados são compelidas ao comércio sexual para sobreviverem (MORALES, 2008, p.6)

Essa estigmatização, é tido como um dos maiores problemas da reintegração dessas meninas não a sua comunidade, mas sim aos seus antigos grupos armados, uma vez que devido ao seu antigo *status quo* muitas dessas meninas ao serem recebidas em casa passavam a ser vítimas de violência doméstica, como abuso sexual e tortura. Brooks (2014) lista uma série de problemas atreladas ao retorno para casa, onde assume que não apenas o fato de ser estigmatizada compromete a programa de DDR, mas que fatores como a falta de educação causadas pela guerra e também problemas relacionados a saúde acabaram por dificultar ainda mais essa inserção à sociedade. Ainda de acordo com Brooks (2014) a própria comunidade demarcará a ex-menina-soldado como um indivíduo que não possui qualquer valor para a sociedade, e a tratará como alguém que não pertence ao grupo, o que impossibilitará que essa menina venha a manter relações com os indivíduos do sexo oposto, em relação ao casamento, além de impor a essas meninas um isolamento, ao passo que “essas meninas deveriam ser vistas como vítimas de um crime, que sobreviveram as mais difíceis atrocidades, e que devido a isso não deveriam ser vistas como sem valor” (BROOKS, 2014, p. 297).

Gallagher (2011) aponta para a exclusão das meninas-soldados como um fator que perpetua a invisibilidade desse grupo dentro do contexto de guerra, onde a autora afirma que “esta relutância social em reconhecer as meninas como combatentes é um fator que contribui para manter as meninas-soldado fora dos programas de DDR” (GALLAGHER, 2011, p. 134). Assim como Gallagher (2011), Mackenzie (2014) apontam para o mesmo fator e acrescentam o fato de que existe um silenciamento no que se refere ao pós-conflito que representa um sistema histórico que omite a mulher desse tipo de programa, principalmente por apenas os homens serem classificados como combatentes, ao passo que as mulheres não são. Além do mais, a autora assume que a imagem da mulher é reconstruída de acordo com os papéis impostos pela dualidade feminilidade-masculinidade, onde coloca a mulher numa posição de

inferioridade, ao qual não vale a pena construir um discurso que securitize a mulher, assim como é feito com o homem (MACKENZIE, 2014).

Um outro fator que colabora para esse tipo de exclusão e que está correlacionado aos papéis de feminilidade refere-se ao meio pela qual a menina estava inserida dentro do próprio conflito. Ou seja, uma vez que a maioria das meninas eram aliciadas para realizarem serviços que remetiam ao papel da mulher em seu âmbito privado, e não no campo de batalha segurando uma arma, essas meninas não eram interpretadas como soldados, mesmo que na definição de criança-soldado outros tipos de serviço como o de cozinheira e enfermeira, por exemplo, fossem considerados tarefas de uma criança-soldado. Sobre isso, Gallagher (2011) afirma que muitas dessas meninas foram excluídas apenas pelo de não estarem segurando uma arma, ou por não terem condições de provarem seu envolvimento com o conflito.

Por fim, Fox (2004) traz dentro do seu trabalho *Girls Soldiers: Human Security and Gender Insecurity* a questão de que os programas de DDR, mesmo que se propusessem a reintegrar essas meninas não estava preparado para recebe-las de maneira correta, onde a autora menciona a falta de produtos básicos para a higiene dessas garotas, além de o pacote que lhe era fornecido possuir apenas vestimentas masculinas, o que fortalece o estereótipo de que a mulher não é capaz de participar ativamente de guerras. Outras autoras como Becker (2004) e Morales (2008) apontam também para os problemas relacionados a saúde dessas garotas, ao qual os programas de DDR não possuíam um contingente de profissionais preparados para trabalharem com essas meninas, principalmente aquelas que haviam sofridos abusos sexuais e em decorrência disso se tornaram mães, além daquelas que desenvolveram estresse pós-traumático devido a série de violências que foram obrigadas a enfrentarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da criança-soldado está estritamente ligado à violência estrutural dentro de uma sociedade que permeia entre a violência e a exploração dos indivíduos em detrimento das suas vontades pessoais de exercer poder dentro da esfera pública e se colocar a frente da normatividade, numa perspectiva onde o normal seria a instauração da violência propagada por indivíduos adultos. Mais do que uma tática de guerra, o uso das crianças na frente de guerra decorre da subjugação dos corpos como algo indispensável, uma vez que não há um sentimento de culpa tanto daqueles grupos estatais, como dos grupos radicais que se utilizam dessa prática para alcançarem seus objetivos.

Esse fenômeno, mesmo que remeta ao século XVII, com a utilização, majoritariamente, de meninos nos exércitos estatais, principalmente nos países do norte global, tomaram força nos últimos anos nas guerras intra-estatais africanas e, em alguns países latino-americanos, especialmente em movimentos contrários a governos ditatoriais que tratavam os indivíduos numa perspectiva ainda enraizada à períodos coloniais, onde o poder está na mão de poucos e que está direcionado ao benefício destes.

Nesse sentido, como um movimento para captação de indivíduos que exercerão um papel militar e, devido à falta de homens/mulheres que exerçam esses papéis, as crianças têm sido introduzidas na esfera pública, contrariando as proposições mais tradicionais que as colocam à margem da militarização, primeiro por não possuírem agência e, logo, não serem capazes de participarem ativamente no desenrolar das interações que ocorrem nesse âmbito. Há também a sua marginalização por serem indivíduos facilmente vulneráveis as consequências relacionadas a guerra. Em função disso, alguns autores citados nesse trabalho afirmaram o uso intensivo dessas crianças, devido a sua vulnerabilidade e instabilidade emocional, facilmente corrompida pelos processos de recrutamento e alistamento nesses exércitos.

Quando focados unicamente numa perspectiva que coloca o gênero como base analítica, será possível perceber, que há um agravamento dessas relações de dominação e subordinação, se derivando principalmente de valores que estão atrelados ao patriarcado, subjugando essas meninas não apenas por serem consideradas indivíduos extremamente vulneráveis dada sua posição social, mas se utilizando desse *status quo* concedido às meninas como método de perpetuarem estereótipos que irão além do recrutamento e sua utilização no

conflito armado, uma vez que a criação de estereótipos nesses ambientes a violentarão desde o pré-conflito e seguiram influenciando em suas vidas mesmo que, em perspectiva, o conflito tenha se encerrado.

No caso das meninas-soldados, se observado com certa peculiaridade, será notado que a problemática está muito mais enraizada do que se consegue enxergar, uma vez que a desvalorização tanto da mulher, como da criança, vem sendo construída há muitos anos dentro da própria sociedade - afetando diretamente a academia, que contribuirá diretamente para sua exclusão. Acrescidas do fator raça, a mulher e a menina só tendem a elevar o seu grau de desvalorização, principalmente se levado em consideração que a maioria das sociedades e das proposições teóricas tenderem a invisibilizar esse recorte, o que confere a esses grupos um status de coexistência.

É preciso, no entanto, assumir que o principal motivador desse status é representado, então, pelos interesses de indivíduos do sexo masculino, com o intuito de preservar um status de dominância e poder. Percebe-se, nesse sentido, que derivam desses problemas uma dezena de estereótipos relacionados aos valores da mulher e do homem, colocando o gênero em perspectiva como uma barreira em algumas interações entre os indivíduos, principalmente em se relacionando ao poder. De maneira que se torna inegável a associação que existe entre violência estrutural e os modos como as meninas-soldados têm sido excluídas da sua sociedade.

A violência às meninas-soldados se inicia, contudo, dentro das valorizações que ocorrem socialmente e não percebem a mulher como um agente eficaz para a esfera pública e militarizada. Encaixando-a num status de passividade, aferindo tanto à mulher, como à menina-soldado obrigações que reproduzem mais tipos de violência, como a relação sexual forçada - o estupro. Essas obrigações que são impostas às mulheres, já podem ser consideradas reproduções de papéis previamente definidos dentro do sistema internacional, que são justificados pela lógica do patriarcado. Esse é apenas um problema que se encontra na base de violências conferidas à mulher.

Assim como no Triângulo da Violência de Galtung (1990), as violências cometidas às meninas-soldados também são um ciclo, onde uma violência justifica a outra. Onde a submissão da mulher para com o homem justifique o patriarcado, esse que justifique a violência de gênero, que retorna à subjugação do homem pela mulher. Por isso, é fácil de se estabelecer um parâmetro onde se aponta para a violência estrutural como o causador

principal tanto da invisibilidade e marginalidade das meninas-soldados. Primeiramente, em função da dicotomia dominação-submissão que está não apenas associada ao patriarcado, como foi exposto no início desse trabalho, mas também a uma relação de importância para a esfera, isso levando em consideração as proposições referentes às funções dos indivíduos como corpos, ou seja, a mulher representa unicamente aquilo que lhe é designado biologicamente, como ser um indivíduo passivo e emocional, logo, dispensável para as tomadas de decisões que ocorrem na esfera pública. O agravante se dá, principalmente, pela questão da raça e idade, onde a mulher não-branca e criança passará a ser o último indivíduo de uma pirâmide onde o seu topo é composto por homens, ricos e brancos.

É possível, então, perceber a partir desses pontos, que as estruturas, tanto sociais como políticas que circundam às meninas-soldados estão fundamentadas numa crise estrutural que perpetua esse tipo de violência, que de forma muito natural é reproduzida como se não houvesse uma problemática intrínseca a sua existência e que afeta diretamente nas interações que haverá entre as meninas-soldados e a sociedade, como fica nítido quando analisamos as privações a recursos como alimentação, remédios e principalmente nos programas de DDR, que tem sofrido grandes críticas por não suprirem as necessidades mínimas desse grupo.

Além da omissão que ocorre por parte das esferas mais politizadas, nota-se também que a própria academia se omite quanto às crianças-soldados e principalmente às meninas-soldados, uma vez que existe uma certa dificuldade de se encontrar, dentro das Relações Internacionais, abordagens que tentem justificar a utilização desses indivíduos dentro dos conflitos armados e/ou que tentem de alguma maneira solucionar essa problemática.

Fica então uma perturbação acerca de como serão resolvidas as particularidades referentes às meninas-soldados, primeiramente por não existir prioritariamente um interesse em trazê-las novamente para a civilidade, ou pelo fato delas não estarem em paridade com os valores que são atribuídas às crianças-soldados que são do sexo masculino, indivíduo esse que está mais comumente dentro dos debates tanto acadêmicos, como políticos e sociais da esfera internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A LAW UNTO THEMSELVES? Confronting the recruitment of children by armed groups. Child Soldiers International. **Relatório**. 2016.

AGATHANGLOU, Anna M; TURCOTTE, Heather M. Postcolonial Theories and Challeges to 'First World-ism'. Em: SHEPERED, Laura J (Edt.). **Gender Matters in Global Politics. A feminist introduction to international relations**. 1. Ed. Routledge, pp. 44-58, 2010.

ANAND, Dibyesh. Nationalism. Em: SHEPERED, Laura J (Edt.). **Gender Matters in Global Politics. A feminist introduction to international relations**. 1. Ed. Routledge, pp. 280-291, 2010.

ANNAN, Kofi. **Discurso do dia 26 de julho, no Conselho de Segurança**. 2010. Disponível em: <<https://childrenandarmedconflict.un.org/press-release/26Jul00/>>. Acessado em 27/10/2016.

BECAUSE I AM A GIRL: The State of the world's girls 2008. Plan. **Relatório**. 2008.

BECKER, Jo. **Children as Weapons of War**. Humans Rights Watch World Report, 2004. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/wr2k4/11.htm#_Toc58744960>. Acessado em: 17/10/2016.

BENDELOW, Gillian; WILLIAMS, Simon J. **The lived bodies. Sociological Themes, Embodied Issues**. Taylor & Francis, 2002.

BRANCHER, Pedro Txai Leal. **Estrutura e Agência nas Relações Internacionais: O Processo de Evolução dos Sistemas Internacionais**. 2014. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

BRETT, Rachel. **Girls Soldiers: Challenging the Assumptions**. Quaker United Nations Office, 2002.

_____. **Why do adolescents volunteer for armed forces or armed groups?** Quaker United Nations Office, 2003.

_____. **Girls Soldiers: Denial of Rights and Responsibilities.** Refugee Survey Quarterly, Vol. 23, No. 2, p. 30-37 Quaker United Nations Office, 2004.

BROOKS, Joy. **The Struggle of Girl Soldiers Returning Home.** Peace Review: A Journal of Social Justice, 24; p. 292-297, 2014

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter. On the Discursive Limits of Sex.** Routledge New York & London, 1993.

_____. **Frames of War. When Is Life Grievable?** Londres, 2009.

CHOWDBRY, Geeta; NAIR, Sheila. Power in a postcolonial world: race, gender and class in international relations. Em: **Power, Postcolonialism and International Relations. Reading race, gender and class.** Taylor & Francis, p. 1-32, 2004.

COCKBURN, Cynthia. The Continuum of Violence. A Gender Perspective on War and Peace. Em: GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer (Edt.). **Sites of Violence. Gender and Conflict Zones.** University of California Press, p. 24-44, 2004.

_____. Militarism and War. Em: SHEPERED, Laura J (Edt.). **Gender Matters in Global Politics. A feminist introduction to international relations.** 1. Ed. Routledge, pp. 105-115, 2010.

CONFORTINI, Catia C. **Galtung, Violence, and Gender: The case for Peace Studies/Feminism Alliance.** Peace & Change, Vol. 31, No. 3, 2006.

CORREIA, Ana Catarina Amaral. **Crianças-Soldado: O Problema no Caso de Darfur;** 2013.

DENOV, Myriam. **Girl Soldiers and Human Rights: Lessons from Angola, Mozambique, Sierra Leone and Northern Uganda.** The International Journal of Human Rights, 2009.

DENOV, Myriam; RICARD-GUAY, Alexandra. **Girl soldiers: towards a gendered understanding of wartime recruitment, participation, and demobilisation.** *Gender & Development*, Vol. 21, No. 3, p. 473-488, 2013.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations.** Berkeley: University of California Press, 1989.

FAÇANHA, Luisa Café Figueiredo. **A Construção Social das Crianças-Soldados: representações e dilemas dentro do marco regulatório da ordem internacional do Pós-Guerra Fria.** 2011. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2011.

FOX, Mary-Jane. **Girls Soldiers: Human Security and Gendered Insecurity.** *Security Dialogue*, Vol. 35, No. 4; 2004.

GALLAGHER, Kristin. **Towards a Gender-inclusive definition of Child Soldiers: The Prosecutor v. Thomas Lubanga.** Brooklyn Law School; 2011.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace and Peace Research.** *Journal of Peace Research*, Vol. 6, No. 3, pp. 167-191, 1969.

_____. **Culture Violence.** *Journal of Peace Research*, Vol. 27, No. 3, pp. 291-305, 1990.

_____. **Peace by Peaceful Means. Peace and Conflict, Development and Civilization.** International Peace Research Institute, Sage Publications, 1996.

GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer. **Gender and Conflict in a Global Context. Em: Sites of Violence. Gender and Conflict Zones.** University of California Press, p. 3-22, 2004.

HARVEY, Rachel. **Children and armed conflict: A guide to international humanitarian and human rights law;** 2001.

HOSEIN, Nicole Ann. **Women in arms: Feminist Narrations on Sierra Leonean and Liberian Female Combatants.** Institute of Social Studies, 2011.

International Labour Organization. **Convention No. 182**. Disponível em: <http://www.ilo.org/ipec/Campaignandadvocacy/Youthinaction/C182-Youth-orientated/C182Youth_Convention/lang--en/index.htm>. Acessado em: 28/10/2016.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars**. Cambridge Polity Press, 1999.

_____. **In defence of new wars**. *Stability*, 2 (1): 4, p. 1-16, 2013.

LANDAU, Dana. **The Use of Child Soldiers**. International Relations and Security Network: Special Reports; 2002.

LOREY, Mark. **Child Soldiers: Care & Protection of Children in Emergencies. A Field Guide**. Save the Children; 2001.

MACKENZIE, Megan. **Securitization and Desecuritization: Female Soldiers and the Reconstruction of Women in Post-Conflict Sierra Leone**. *Security Studies*, 18; p. 241-261; 2009.

MAZURANA, Dyan; MCKAY, Susan. **Child Soldiers. What about the girls?**. Bulletin of the Atomic Scientists, 2001.

MARTUSCELLI, Patrícia N. **O lugar das crianças nas Relações Internacionais: considerações sobre novos atores e a difusão de poder**. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, ISSN 2236-4811, Vol. 4, 2013.

_____. **Crianças Soldados na Colômbia: a construção do silêncio da Política Internacional**. 2015. Dissertação de Mestrado. Instituto de Relações Internacionais, UnB: Brasília, 2015.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança**. 2010. Dissertação de Mestrado. Departamento de Relações Internacionais, UnB: Brasília, 2010.

MORALES, Waltraud Queiser. **As meninas soldados: outra face da exploração sexual e da violência de gênero**. 2008. Disponível em:

<<http://www.au.af.mil/au/afri/aspj/apjinternational/apj-p/2008/3tri08/morales.htm>>. Acessado em 29/10/2016.

PRASAD, Lt. Col NA; Prasad Brig PL. **Children in Conflict Zones**. MJAFI, Vol. 65, No. 2, p. 166-169, 2009.

PUREZA, José Manuel. **O Desafio Crítico dos Estudos para a Paz**. Revista Relações Internacionais, 32, pp. 5-22, 2011.

RANJAN, Tejaswini. **Children in Armed Conflicts**. Journal of Business Management & Social Sciences Research, Vol. 2, No. 12, 2013.

SHAPIRO, Tamar. **What is a Child?** Etichs, Vol. 109, No. 4, p. 715-738, 1999.

SHEPHERD, Laura J. Sex or Gender? Bodies in World Politics and Why Gender Matters. Em: **Gender Matters in Global Politics. A feminist introduction to international relations**. 1. Ed. Routledge, p. 3-16, 2010.

STEANS, Jill. Em: SHEPERED, Laura J (Edt.). **Gender Matters in Global Politics. A feminist introduction to international relations**. 1. Ed. Routledge, pp. 74-87, 2010.

STEVENS, Amy Jane. **The invisible soldiers: understanding how the life experiences of girl child soldiers impacts upon their health and rehabilitation needs**. Arch Dis Child; 99, p. 458-462, 2014.

TONHEIM, Milfrid. **Genuine social inclusion or superficial co-existence? Former girl soldiers in the eastern Congo returning home**. The International Journal of Human Rights, Vol. 18, No. 6, p. 634-645, 2014.

TURNER, Bryan S. **The Body & Society**. Ed. 3, Nottingham Trent Unisersity, 2008.

UNICEF. **Cape Town Principles and Best Practices**. 1997. Disponível em: <[https://www.unicef.org/emerg/files/Cape_Town_Principles\(1\).pdf](https://www.unicef.org/emerg/files/Cape_Town_Principles(1).pdf)>. Acessado em: 28/10/2016.

_____. **The Paris Principles. Principles and Guidelines on children associated with armed forces or armed groups.** 2007. Disponível em: <<https://www.unicef.org/emerg/files/ParisPrinciples310107English.pdf>>. Acessado em: 29/10/2016.

VAUTRAVERS, Alexandre J. **Why Child Soldier are such a Complex Issue.** Refugee Survey Quarterly, Vol. 27, No. 4, 2009.

WALTZ, K. Reductionist and Systemic Theories. Em: KEOHANE, R. (Edt.). **Neorealism and its Critics.** New York: Columbia University Press, 1986.

WILCOX, Lauren B. **Bodies of Violence. Theorizing Embodied Subjects in International Relations.** Oxford University Press, 2015.